

Aracá ASSOCIAÇÃO Nacional de AÇÃO  
Indigenista

CLASSE: 005 Difusão e divulgação de

SUBCLASSE: PRODUÇÃO científica

GRUPO: —

SUBGRUPOS: —

DESCRIÇÃO: Produção científica  
e acadêmica dos Povos Indígenas  
do Nordeste

Pataxó Háhãhã

1980

Aracá

1990

Publicações de vários Pataxó  
e Tupinambá

Declarante	2001 - 2009		Custo
Corrente	Intermediária	Destino Final	50
		Guarda permanente	

# Uma História de Resistência



ANAI / CESE / MEC  
2007

Capa: Desenho a carvão de Arissana, reeleitura da foto de Marcelo Buainain. In memoriam a Dona Josefa, uma das lideranças de resistência pataxó.

**Projeto Gráfico:**

Ricardo Tosta

**Editoração Eletrônica:**

Ricardo Tosta Júnior e Nádia Pinho

**Impressão e Acabamento:**

Fast Design

## Ficha Catalográfica

---

H673 Uma história de resistência pataxó / [organização] Professores Pataxó do Extremo Sul da Bahia. Salvador: Associação Nacional de Ação Indígenista; CESE, 2007.  
68 p.: il. (Coleção Nosso povo, nossa história)

Material elaborado nas duas etapas das Oficinas de Produção e Edição de Histórias Pataxó – Projeto ANAI/MEC/PINEB – 2002.

1. Índios Pataxó – História. 2. Índios Pataxó – Bahia. 3. Memória coletiva.  
I. Título.

CDD 981.01  
CDU 82-992

---

VENDA PROIBIDA

# Uma História de Resistência

ANAI / CESE / MEC  
2007



## **ANAI- Associação Nacional de Ação Indigenista**

**Conselho Diretor:** Maria Rosário de Carvalho, Eduardo Almeida, Edwin Reesink, Patrícia Navarro, Vânia da Rocha Fialho

**Coordenação Executiva do Projeto e de Publicação:** Rosa Maria de Oliveira Costa

**Organização:** Anari Braz Bomfim, Arissana Braz Bomfim, América Lúcia Silva César e Rosa Maria de Oliveira Costa,

**Assessoria Técnica:** América Lúcia Silva César (Supervisão Pedagógica/Língua Portuguesa), Ana Clúdia Gomes de Souza Consultoria/Antropologia) e Antônio Garcia Hermida (Consultoria/História)

**Fotos:** Marco Aurélio Martins

**Ilustrações e textos:** Professores e Professoras Pataxó:

Adeilton Paixão, Adelson Conceição, Ademário Braz, Ajurú Pataxó, Alda Maria de Oliveira, Alzira Santana, Ana Paula Santos, Anari Braz, Amilton Santos, Arissana Braz, Aruã Pataxó, Aurenilson da Conceição, Benilda de Jesus, Cosme Araújo, Daniela Francisca, Dalva dos Santos, Diana da Conceição, Dinair Pires-Shauá, Edenildo Lopes, Edimarcos Ponçada, Edvaldo Carvalho, Eline Matos, Eunilza Neves, Flavio da Pena, Gabriel Florêncio, Geane Bonfim, , Genival Conceição, Gercimária Braz, Gilson de Matos, Givania Pereira, Grecimeire Oliveira, Iária da Conceição, Ideilde Santana, Inajá da Purificação, Irene da C. Ferreira, Jeivaldo Silva, Jerry Matalawê, José Carlos Souza, José da Conceição, José Roberto- Akuã, Josicleide Maria, Jovino de Jesus, Juliana Santana, Jussimar Guedes, Leonan Braz, Lidiane Aracy, Luana Souza, Lourizete Rodrigues, Marialva Dias, Maria Aparecida Alves, Maria das Dores Florêncio, Maria das Neves Nitinawã, Maria Jucélia da Conceição, Marilene da Conceição, Marisa Braz, Nancy Pereira, Nilcélia da Conceição, Nilson Ferreira, Otelino Braz, Osmar Rodrigues, Pedro José Neves, Perivaldo Rodrigues, Kelly Cristina Ferreira, Raimunda de Jesus, Raquel Alves, Rosimere Pereira, Rosinete Pereira, Silvani Bonfim, Sinival Ferreira, Uelson Santana, Uezo Alves, Txoara Pataxó, Vera Lúcia Conceição, Zizélia Ferreira, Valdirene Sales, Awoy Pataxó.

### **Professores Pataxó Hãhãhãe:**

Erlon Santos de Souza, Gildinai Gualberto Gomes, Margarida Pataxó R. de Oliveira

### **Lideranças Pataxó:**

Albino e Domingas Braz - Pajé de Barra Velha, Ipê Pataxó - Cacique da Aldeia Velha, Itambé Pataxó - Pajé da Coroa Vermelha, Luis Conceição Ferreira - Barra Velha, Palmiro Ferreira dos Santos - Barra Velha, Romildo Alves Ferreira dos Santos - Barra Velha, Karajá - Coroa Vermelha, Tururim - Ex-cacique de Barra Velha.

# Prefácio

Este livro é resultado de um longo processo de pesquisa e escrita empreendido por professoras, professores e lideranças Pataxó a partir do Projeto Oficinas de Produção e Edição de Histórias Pataxó, realizado no período de dezembro de 2001 e maio de 2002, na Aldeia Coroa Vermelha, com assessoria da ANAI. Os textos produzidos, organizados numa versão preliminar, em 2003, retornaram às escolas indígenas para serem analisados pelas comunidades escolares e lideranças. Em julho de 2004, durante a etapa final do Projeto Inovador de Cursos para Professores Indígenas/ Programa Diversidade na Universidade do Ministério da Educação, a versão preliminar foi novamente revisada e atualizada, incorporando também textos de monografias dos professores Pataxó no Curso de Formação para o Magistério Indígena na Bahia. No entanto, somente em 2007, foi possível concluir a sua edição final, através de projeto apoiado pelo CAPEMA – Comissão Nacional de Apoio à Produção, Edição e Distribuição de Material Didático Indígena – MEC, CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviços e da ANAI- Associação Nacional de Ação Indigenista.

Fruto do desejo dos professores indígenas de pesquisar e escrever sua própria História, com certeza, a publicação do livro **Uma História de Resistência Pataxó** vem atender ao objetivo pelo qual os professores e professoras indígenas vêm lutando, com a esperança de contribuir para uma educação que atenda aos seus interesses específicos.

**Associação Nacional de Ação Indigenista**

Coordenação Executiva e Assessoria Técnica



# Apresentação

**Taputá taputary<sup>1</sup>,**

***Uma História de Resistência Pataxó*** é resultado de uma produção coletiva entre professores, professoras e lideranças indígenas que iniciou em 2001 numa oficina de produção de textos realizada na Aldeia Coroa Vermelha. Somente em 2007 conseguimos a sua publicação.

Neste livro contamos a história de luta e resistência do nosso povo que, ao longo desses quinhentos e sete anos, sofreu várias tentativas de dizimação, mas, independente disso, se fez forte, e hoje estamos firmes lutando por dias melhores.

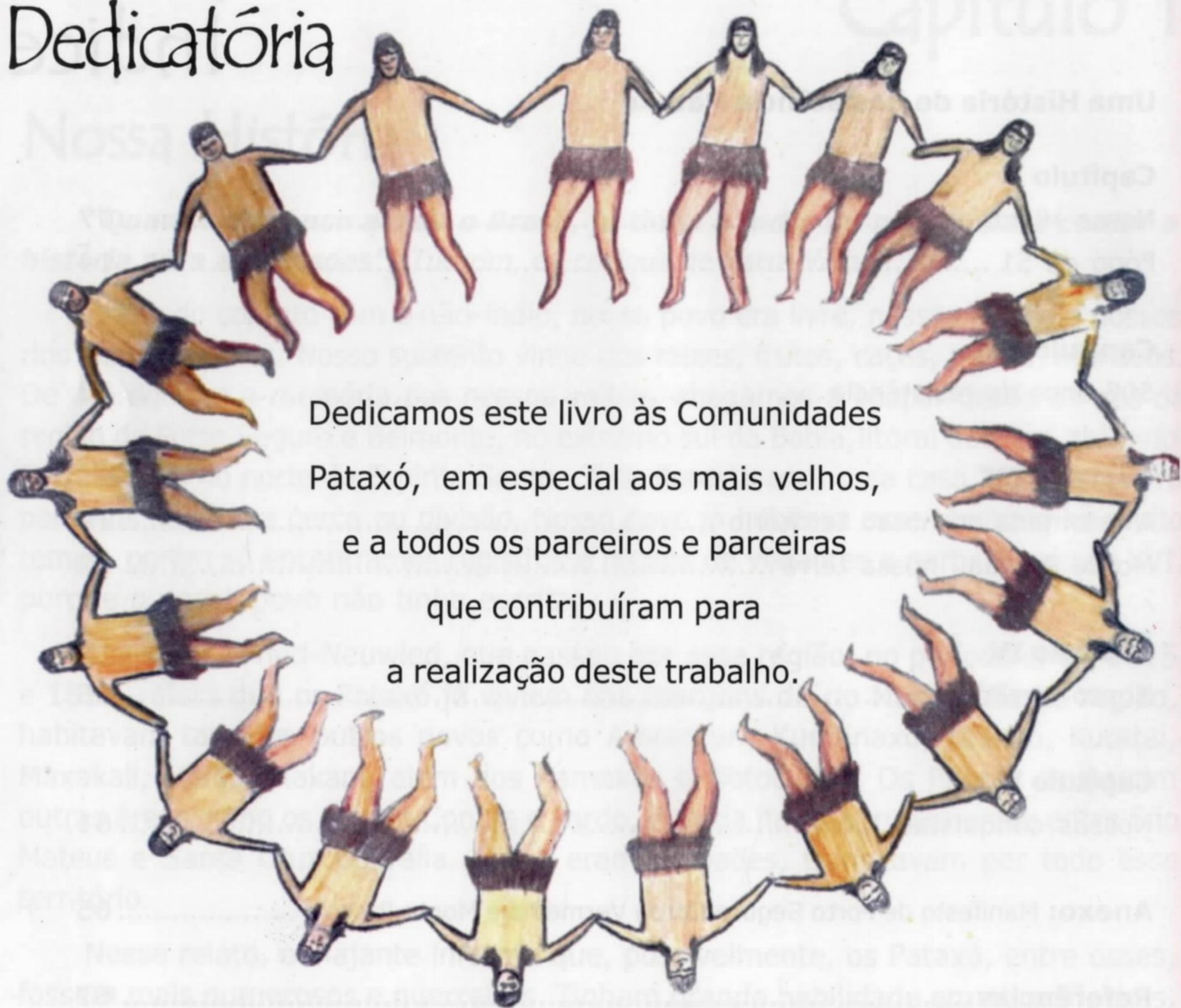
Ao longo do tempo, os povos indígenas têm modificado sua maneira de pensar, agir, se organizar e lutar pelos seus direitos. Foi pensando no desafio por uma educação escolar específica e diferenciada em nossas comunidades que escrevemos a história do nosso povo para que as crianças conheçam e continuem a nossa luta e também para que a sociedade não-indígena conheça e respeite o nosso povo, a memória dos nossos velhos que sofreram para garantir a nossa existência e os nossos territórios.

**Professoras e professores Pataxó**

---

<sup>1</sup> Saudação aos parentes indígenas.

# Dedicatória



Dedicamos este livro às Comunidades  
Pataxó, em especial aos mais velhos,  
e a todos os parceiros e parceiras  
que contribuíram para  
a realização deste trabalho.



# Índice

## **Uma História de Resistência Pataxó**

### **Capítulo I**

Nossa História .....	07
Fogo de 51 .....	14

### **Capítulo II**

508 anos de resistência .....	23
-------------------------------	----

### **Capítulo III**

A retomada do nosso território .....	29
Monte Pascoal, nossa terra .....	32

### **Capítulo IV**

Nosso território .....	35
------------------------	----

### **Capítulo V**

Nossas conquistas .....	61
-------------------------	----

<b>Anexo:</b> Manifesto de Porto Seguro, Coroa Vermelha e Monte Pascoal .....	65
---	----

<b>Referências</b> .....	67
--------------------------	----

# Capítulo I

## Nossa História

***"Quando o branco achou o Brasil, já tinha o índio no mundo para contar a história para as pessoas"*** (Tururim, ex-cacique de Barra Velha)

Antes do contato com o não-índio, nosso povo era livre, nossas matas e nossos rios sempre saudáveis. Nosso sustento vinha das raízes, frutos, caças, peixes, mariscos. De acordo com a memória dos nossos velhos, chegamos a ocupar desde os rios da região de Porto Seguro e Belmonte, no extremo sul da Bahia, litoral adentro até o rio São Mateus, no norte do Espírito Santo. Toda floresta era nossa casa, porque a terra para nós não tinha cerca ou divisão. Nosso povo já habitava esse território há muito tempo, porém só encontramos registros e relatos de viajantes a partir do século XVI, porque o nosso povo não tinha escrita.

O viajante Wied-Neuwied, que passou por essa região, no período entre 1815 e 1817, relata que os Pataxó já viviam nas margens do rio Mucuri. Nessa região, habitavam também outros povos como Amixocori, Kumanaxó, Kutaxó, Kutatai, Maxakali, Malali, Makani, além dos Kamakãs e Botocudos. Os Pataxó ocupavam outras áreas como os rios de Contas e Pardo, e ainda havia agrupamentos entre São Mateus e Santa Cruz Cabrália. Como eram nômades, transitavam por todo esse território.

Nesse relato, o viajante informa que, possivelmente, os Pataxó, entre esses, fossem mais numerosos e guerreiros. Tinham grande habilidade em atirar flechas,



o que os colocavam em destaque nas guerras que ocorriam entre os grupos indígenas da região.

Em 1816, o viajante encontrou os Pataxó na Vila do Prado, quando vinham da floresta, trazendo bolas de cera para trocar por outras mercadorias. Concluiu que eles tinham contato com os habitantes da Vila através dos Maxakali, que já mantinham relações pacíficas com a população do lugar. Identifica ainda semelhanças de linguagens e costumes entre esses dois povos. As línguas dos Maxakali e Pataxó, por exemplo, apresentam palavras bastante parecidas. Aliás, as duas línguas pertencem ao mesmo tronco lingüístico Macro-Jê<sup>1</sup>.

Ao descrever os Pataxó ele afirma que eram de estatura baixa, cabelos soltos, cortados no pescoço e na testa, raspado no meio da cabeça, mantendo apenas um tufo atrás e na frente. As casas eram choças feitas de galhos finos de árvore e estacas fincadas, encurvadas umas com as outras com cipó e cobertas com folhas de coqueiro e de patioba.

Maria Rosário de Carvalho, na sua dissertação "Os Pataxó de Barra Velha e o seu subsistema econômico", diz que o primeiro documento encontrado que se refere aos Pataxó é um ofício do governador Francisco da Cunha Menezes para o visconde de Anadia, em 1805. Nesse ofício, ele pede autorização para explorar as barras e os rios da sua capitania. Em janeiro desse mesmo



Releitura do desenho do livro Viagens ao Brasil

<sup>1</sup> RODRIGUES, 1997

ano, no documento que envia ao governador, faz referência às terras onde hoje se localiza a aldeia Barra Velha. Diz que eram boas para plantações, e os índios que ali habitavam foram removidos da Vila do Prado para Alcobaça.

Informa também há um documento do início do século XIX, de Marciano de Jesus Fontoura, subdelegado de Polícia do Prado, que, a propósito de protestar contra a mudança dos índios do Prado para Alcobaça, diz que era possível amansar as bandeiras da Nação Pataxó, ou grupos de índios Pataxó existentes, através dos Maxakali. Nesses documentos, os Pataxó aparecem como povos bárbaros e indóceis, que ameaçavam as populações locais com constantes ataques.

Esses documentos para nós são importantes porque provam realmente que foram os não-índios os verdadeiros invasores, e que eles estavam inseguros e queriam a nossa destruição, por isso nos consideravam bárbaros e indóceis. Perguntamos: será que não tínhamos o direito de nos defender, de lutar pelo nosso território?! Nunca abaixamos a cabeça ao domínio. Mesmo em desvantagem nas lutas, a guerra era certa.

Vários povos dividiam entre si os territórios e, às vezes, como em todas as sociedades, existiam conflitos entre eles. Os Pataxó, pelos relatos desse período, se agrupavam com outros aliados para lutar em defesa do território contra antigos rivais, os Botocudos.

A presença de fazendeiros, criadores de gado e produtores agrícolas, aumentou o conflito entre índios e não-índios na região, causando massacre e dizimação da população indígena local. A diminuição do território tradicional levou o enfraquecimento da resistência dos povos indígenas que viviam por aqui. Alguns desses povos se afastaram do litoral, enquanto nós Pataxó, passamos a nos organizar em pequenas aldeias no litoral, apesar dos constantes ataques dos não-índios.



Ainda de acordo com o estudo de Maria Rosário de Carvalho, em 1861, o nosso povo foi obrigado a ser aldeado por decisão do Governo da Província da Bahia, Antônio da Costa Pinto, que tinha a intenção de tentar nos amansar, através da catequização feita pelos padres capuchinhos. Esse governador, no seu relato, informa sobre a criação de uma aldeia no rio Corumbau, e tudo leva a crer que essa aldeia seja Barra Velha. É possível, pelos documentos, dizer que havia Maxakali e outros povos que conviviam na cercania do Prado e que também teriam sido aldeados em Barra Velha.

Foi a partir daí que nós Pataxós ficamos sedentários, ou seja, perdemos o nosso direito à liberdade.

A igreja ficou com o papel de reprimir as nossas manifestações culturais, catequizava enquanto proibia os rituais, a língua, a nossa organização social e religiosa, além de nos preparar para servir de mão-de-obra escrava, ou pagar por baixo o valor dos nossos trabalhos. Enquanto isso, o governador dava título de posse de nossas terras aos invasores e assassinos de etnias indígenas.

Foi assim que tivemos que aprender a viver dessa maneira, sem poder falar a nossa língua, fazendo plantações, morando em casas fixas, feitas de palha ou barro. Até a preparação da nossa alimentação sofreu modificações, apesar de continuarmos a nos alimentar à base da caça, pesca, mariscos, farinha de puba e beiju.

A Aldeia Barra Velha, situada entre os rio Caraíva e Corumbau, é considerada pelo nosso povo como "Aldeia Mãe" por ser muito antiga. Antes essa aldeia era chamada de Bom Jardim porque logo na entrada havia muito jasmim. Arauê diz



que os antigos contavam que "só tinha as trilha da gente entrar. O jasmim cobria por cima da estrada. Ali cheirava demais, era aquela perfumaria e aí foi que botaram o nome de Bom Jardim. E aí parte da rua da aldeia chamava Aimorés e a outra Matalawê, porque tinha muito matalawê<sup>2</sup>". Depois veio a ser chamada Barra Velha devido a uma antiga barra que ficava próxima à aldeia e que, com o passar do tempo, se deslocou para o Corumbau, que fica numa das divisas da aldeia. Há muito tempo este era um local de encontro dos Pataxós e outros grupos indígenas que mantinham contato amistoso ou que apenas passavam por ali para buscar peixe e marisco.

"A História tem que ser contada pelos troncos, de onde começou, não pelas pontas, tudo tem começo na vida. Do que eu sei, e do que meu pai e minha mãe falavam dos mais velhos, que os troncos daqui de Barra Velha era o João Vicente Ferreira e sua esposa Maria. A Maria fazia contato com outros povos indígenas que passavam por aqui. Eles se encontravam no Céu<sup>3</sup>. Havia outras famílias que moravam por essa região, mas a família do João Vicente era quem residia aqui. Agora tinha outros índios que passavam alguns tempos, depois mudavam para outros lugares, que tinha mais peixe, mais caça. Convivia aqui andado, mas os que moravam em Barra Velha era essa família do João Vicente e a Maria com seus quatro filhos: Vicentinho, Epifânio, Marcelo e Emílio. Quando a Maria ia encontrar com os outros índios ela se preparava. Aí a velha preparava nos momentos que os índios chegava, ela sabia o dia que eles chegavam. Ela falava a língua, e era quem se comunicava com os outros índios que não falavam português, só falavam no idioma deles. Ela fazia kawi e beiju naquele tempo. Aí eles marcavam o dia e ela esperava eles lá. Aí no dia, ela se preparava com urucum, passava no corpo, para não ter outro cheiro diferente, se tivesse outro cheiro eles achava estranho. Aí lá no Céu eles faziam as manifestações deles. Lá cantavam e dançavam. Eles traziam pedras preciosas, faziam as rodas de pedras no terreiro e começava o

<sup>2</sup> Matalawê: uma espécie de peixe de água doce

<sup>3</sup> Céu era um lugar, no norte da aldeia onde tudo era mata fechada. Existe até hoje e fica localizado no ponto mais alto da aldeia.



*ritual. No outro dia eles seguiam pelo litoral e ia embora para outras matas. Ela ficou muito tempo sendo chefe dessa comunidade aqui de Barra Velha. Aí ela morreu. Quando ela morreu acabou os encontros. Teve outras pessoas que tentaram fazer o encontro, mas não souberam fazer. Depois foi o Caetano que foi representar, mas não se deu bem. Aí eles afastaram e não vieram mais. Aqui era travessia deles, desses índios que viajava o litoral. Eles desciam o rio Mucuri ao rio Jequitinhonha. E os pataxó andavam, andavam, mas não esquecia de Barra Velha. Rodava, rodava, mas sempre estava em Barra Velha... foi o que deu assistência. E é dessas pessoas que criou essa semente que existe hoje. Esse pessoal que agüentou... passaram por uma série de coisas. Depois teve essa guerra de 51. Só que eles também misturaram com outros índios que convivia aqui. É como a língua pataxó, ela fala palavra que está bem distante daqui. É o Tupinambá, Tupiniquin, Maxacali, e cada palavra dessas está em todas as áreas. É por isso que aqui fala palavras de outro povo".*

*Araué, Agosto de 2007*

Até 1940 o nosso povo estava esquecido pelas autoridades brasileiras, sem reconhecimento e sem direito. Eles até pensavam que já não tinha mais Pataxó nessa região. Enquanto isso o nosso povo vivia em grupos de pequenas famílias que moravam em torno do Monte Pascoal. Na Barra Velha, moravam poucas famílias e, ainda nesse período, os mais velhos contam que puderam viver o "tempo da fartura", pois havia muita caça, mariscos e peixes. Relatam que a coisa mais difícil era conseguir roupas e sal.



*"Naquela época não existia cacique, nem capitão. Existia uma pessoa que era responsável e que dava conselho para toda a família. Se era de uma família, tinha um mais velho. Então era o mais velho que dominava os outros, tipo um chefe. É como hoje mesmo, em cada família tem um chefe."-*

*Araué, Agosto de 2007*

Em 1943 chegou uma equipe de homens em Caraíva, chefiados por um engenheiro chamado Dr. Barros, carregados com aparelhos que ninguém nunca tinha visto. Eram aparelhos de medição. Eles diziam que tinham vindo demarcar as terras indígenas daquela região. Diziam que as terras eram nossas, mas estavam demarcando...Ninguém sabia ao certo para que era aquela demarcação. Somente no final dos trabalhos ficamos sabendo, por este Dr. Barros, que ia ser criado um Parque Florestal, que de agora em diante nós não podíamos derrubar mais árvores na mata e que só podia fazer roça nas capoeiras. Falava também que nós seríamos removidos do nosso território, que era dentro do Parque, porque era assim que o governo queria...

Em 19 de abril de 1943 foi criado o Parque Nacional de Monte Pascoal pelo Decreto 12.729. Daí em diante a nossa vida começou a ficar mais difícil, pois não podíamos usufruir desse espaço de terra onde sempre vivemos. Quem vivia em torno do Monte Pascoal não tinha direito de caçar, pescar, colocar roças. A vida ficou muito difícil porque aquela terra era o nosso único meio de sobrevivência. Assim houve muitos conflitos entre os nossos parentes e os guardas que viviam na área do Monte Pascoal.

*... Não podia fazer roça antes porque naquela época era o IBDF que empatava muito botar roça...pra gente comer a farinha, meu pai saía daí de Barra Velha pra ir lá nas Águas Belas, pra trocar caranguejo e peixe com outros índios de lá, porque cá em Barra Velha não tinha como botar roça, que os guarda desmanchava tudo. Primeiro quem botou roça foi tio Firmo, depois a véia Josefa, aí começou aquela encrenca. Fazia a cerca, os guarda desmanchava, fazia cerca, os guarda desmanchava. Teve uma vez que meu tio quase que ia matando um guarda, e também quase que ele ia matando tio Firmo. Porque ele desmanchou a roça... o tio Firmo com um machado, e ele com o revólver... Tio Firmo ia dar uma marretada na cabeça dele. Num instante ele chegou à boa. Então, é um sofrimento, entre nós. O meu conhecimento, que eu sei, que me alembro, foi dessa forma.*

Depoimento de Tapera Pataxó, gravado na Jaqueira, setembro 2000



## O Fogo de 51

Em 1949, depois de muito sofrimento do nosso povo e sabendo que nós tínhamos direito a esse território, o Capitão Honório, cacique da Aldeia de Barra Velha, resolveu ir até o Rio de Janeiro para buscar o reconhecimento desse direito. Chegando lá procurou o SPI (Serviço de Proteção ao Índio – órgão do governo federal que cuidava dos índios). Não conseguiu saber nada sobre a demarcação do tal Parque mas os funcionários que o atenderam anotaram tudo que ele falava e afirmaram que seriam tomadas as providências necessárias. Iriam enviar engenheiros para estudar e demarcar nossas terras. Passaram dois anos e não apareceu ninguém, como eles haviam prometido. Durante este tempo, Honório e seu grupo fizeram outras viagens para resolver o problema das terras, e nestas andanças conheceram dois homens lá no SPI, que afirmaram que iriam até a aldeia demarcar a área. Então Honório e seu grupo retornaram da viagem com esperanças de que tudo iriam se resolver. Uma semana depois da última viagem de Honório, chegaram em Barra Velha dois homens: um dizia ser engenheiro; o outro, "tenente". Diziam que vieram resolver o problema das terras. Ninguém até hoje recorda os nomes deles, só sabem que um era branco, meio baixo e forte, e o outro era negro e um pouco mais alto. Eles chegaram na aldeia

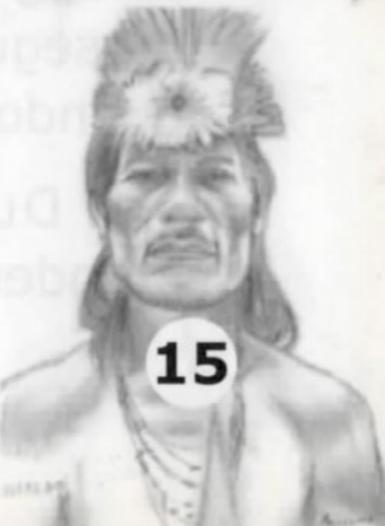


Fogo de 51: massacre ocorrido em Barra Velha em 1951, que terminou com o incêndio da aldeia pela polícia.

durante o dia, acharam que tinha poucos índios e mandaram chamar os outros, que moravam nas roças que ficavam distante do centro de Barra Velha. O pessoal foi chegando e à noite estes homens fizeram uma reunião com toda a comunidade, até tarde.

Eles vieram com uma conversa bonita dizendo que "os índios eram os primeiros brasileiros e tinham direito à terra" e que iriam fazer a demarcação a todo custo. Isto animou os índios que passaram a acreditar neles e afirmar que só sairiam de suas terras mortos. Depois perguntaram onde ficava o comerciante mais próximo. Os índios informaram que era o Sr. Teodomiro, em Corumbau, povoado que fica a oito quilômetros de Barra Velha. Estes homens então combinaram que no dia seguinte iriam começar os trabalhos por Corumbau e que pediriam ajuda ao comerciante. Foram com eles cerca de 40 índios. Quando chegaram perto do povoado, o seu Teodomiro, que já sabia da visita, estava na janela da venda aguardando. Os dois homens então, já foram dando ordem de prisão ao comerciante, que, estando armado, reagiu atirando. Eles pularam dos cavalos atirando também. Amarraram e prenderam Teodomiro, revirando toda sua casa à procura de dinheiro e obrigando os índios a apanhar toda a mercadoria. Após o saque, a linha telegráfica foi cortada pelos índios Júlio e Manoel José a mando desses dois ladrões. Em seguida, partiram para a aldeia levando o comerciante amarrado, que acabou sendo solto no meio do caminho, por seu Luiz, que, na época, tinha quinze anos.

Chegando na aldeia, os dois homens colocaram a mercadoria saqueada na igreja e quiseram dividir com a comunidade, dizendo que ninguém poderia sair da aldeia. Se alguém tentasse, morreria. Nessa altura os índios estavam revoltados com o rumo dos acontecimentos e começaram a discutir uns com os outros. Alguns chegaram a dizer que aquilo que os homens estavam fazendo era de ordem do governo e todos tinham que obedecer. Ninguém podia sair da aldeia. A linha





telegráfica foi consertada e eles mandaram os índios cortar novamente. Nessa altura a comunidade já havia percebido que estes dois homens eram bandidos da pior espécie, mas já era tarde.

Na madrugada do terceiro dia, chegaram os policiais da cidade de Porto Seguro, pelo brejo, atirando contra as casas. Logo depois ouviram tiros do outro lado, era a polícia da cidade de Prado que chegava atrasada, pelo outro lado, já atirando contra a polícia de Porto Seguro, pensando tratar-se dos índios, achando que eles estavam bem armados.

Enquanto os policiais trocavam tiros entre si, alguns índios começaram a fugir, se embrenhando nas matas. Quando eles se deram conta que não eram os índios que atiravam, se juntaram, entraram na aldeia, incendiando as casas, prendendo e espancando os índios que iam encontrando, queimando suas roças e passaram a perseguir os índios que haviam fugido. Essa perseguição só terminou, semanas depois, quando os dois ladrões foram mortos.

Durante o massacre, os policiais prenderam os índios que iam encontrando:



amarravam e torturavam. Saquearam a aldeia, levando tudo que encontravam. Até o sino da igreja eles carregaram. Muitos índios ficaram presos, só foram libertados quando chegou uma ordem de Salvador para soltá-los pois eles não tinham culpa do ocorrido e os verdadeiros culpados já haviam morrido. Dizia também que estes índios deveriam ser levados pelos fazendeiros, para trabalhar em regime de escravidão em suas fazendas. Poucos ficaram em Barra Velha. Os que ficaram foram muito espancados. Na confusão todo mundo procurava seu rumo, ficando muito tempo os parentes espalhados pelas fazendas: "O índio ficou sem valor... quer dizer que o índio era uma caça. Qualquer um podia pegar e levar"...

Isto ocorreu em maio de 1951, na aldeia Barra Velha. Foi tão cruel o massacre que até hoje o nosso povo não gosta de lembrar do episódio. Mesmo assim os mais velhos nos contaram algumas histórias dessa época:

*Mãe conta que Maria Calango era uma benzedeira, que com suas orações conseguia proteger os outros. Tinham até o poder de esconder as pessoas e os objetos. Quando na época do massacre de 51, Maria Calango se escondeu num oco de pau velho e ficou lá dentro. Quando os policiais chegaram, falaram que iam atirar no pau. Mas diante da reza de Maria Calango, eles passaram sem perceber, dizendo que iam deixar a munição para atirar em Maria Calango e nos índios que iam pegar. Depois que os policiais passaram, eles saíram do oco do pau. A reza dela era tão forte que fazia com que as armas não conseguissem atirar nos índios, por isso os policiais queriam perseguir Maria Calango.*

*Mãe conta também que arrancaram o couro da cabeça do velho Júlio e fizeram ele comer o próprio couro, fizeram ele andar e correr da aldeia até Caraíva, correndo pela praia, dando esporada, fazendo ele correr, pular, com uma cangalha igual a um jegue.*

Nayara Pataxó



*Eles entravam nas casas com os cavalos, aqueles velhos que não podiam correr, iam morrendo por ali mesmo. E as crianças que corriam na frente dos cavalos, eles iam pisando por cima das crianças.*

*Para se proteger das ameaças físicas e discriminações dos brancos, muitos dos parentes fugiram e outros refugiaram nas matas, outros foram trabalhar nas fazendas e alguns resistiram na Aldeia e muitos foram embora e não voltaram mais. Uma índia pegou uma carona de barco e foi até Salvador, fugindo com medo da perseguição.*

*Ideildes Pataxó*

*Contam que os policiais colocaram Mané Gago para cantar a noite toda. Aí eles dançavam com as mulheres dos nossos parentes, enquanto Mané Gago cantava "oi tava na peneira, tava peneirando"...apanhando....*

*Manoel Siriri*

Tivemos que viver fugindo e temendo pelo que não devíamos, sendo obrigados a negar o que sempre tivemos orgulho de ser. Negamos e escondemos a nossa identidade, perdemos a convivência pacífica na nossa aldeia.... Tivemos que ajustar a nossa vida de acordo com o lugar para onde fugimos.

Durante esse período, nosso povo viveu uma vida humilhante. Na busca de reconstruir novamente suas vidas, nosso povo foi retornando aos poucos para a aldeia. Os parentes que foram embora ou fugiram, reconstruíram a vida em outros lugares.

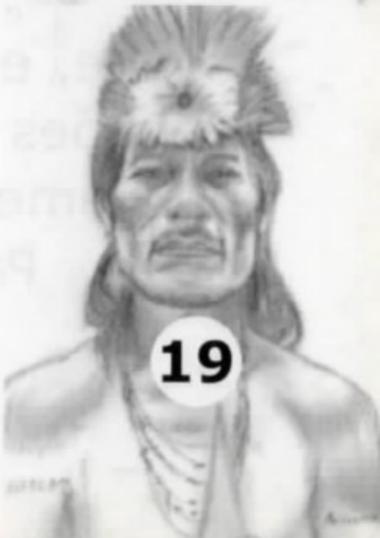
*A gente relatar coisa do passado, como dizem, é sofrer duas vezes e essa história é realidade. Os índios foram massacrados mesmo. O povo branco sempre teve aquela história de iludir o índio com qualquer coisa e o índio se envolvia. Colocaram para os índios que vinha um pessoal que tinha conhecimento para trabalhar na aldeia, para melhorar a vida deles. E quando vieram foi com outra história diferente. Chegaram na aldeia e já foram invadindo as coisas dos índios, matando gado e roubando. Os índios, sem saber, pensaram*

que eram pessoas que vieram para trabalhar com eles. Foi quando houve o massacre de 1951. Por isso os Pataxó se espalharam até em Salvador... Nós temos várias famílias pataxó nessa região. Os que assistiram, uns voltaram e outros não. Mas é tanto que Zabelê que até hoje está em Cumuruxatiba, não gosta nem de lembrar do sofrimento que passou na época. Outros ainda estão em Porto Seguro, Itamaraju, Eunápolis, Vera Cruz, Pindorama... todos fazem parte de Barra Velha, a aldeia mãe.

Karajá Pataxó

A Aldeia Barra Velha ficou vazia. O mato tomou conta de tudo. As roças destruídas e saqueadas. Depois, aos poucos, o povo que havia se espalhado, foi voltando, ainda com muito medo e dificuldades. A maioria dos velhos morreu, não agüentaram tanta maldade. O cacique Honório ainda tentou ir ao Rio de Janeiro buscar ajuda, mas não conseguiu mais voltar a Barra Velha, pois muita gente achava que foi ele quem havia trazido os dois bandidos. Ele acabou indo pra Canavieiras, onde morreu tempos depois. A família de Dona Josefa, que havia seguido para uma fazenda perto de Itabela, não se conformava com aquela situação e resolveu voltar. Seu pai, Epifânio, começou a andar pelas fazendas chamando os índios de volta. Com o tempo, muita gente já havia voltado, já havia roças, criação de porcos... aos poucos a vida ia voltando ao normal, quando houve a grande seca que acabou provocando um incêndio que destruiu toda mata, afugentando todo mundo de novo.

Os mais velhos contam que na seca, depois do massacre de 1951, eles não tinham o que comer. Quando queriam botar uma roça, os filhos iam colher mangaba. Andavam duas horas para chegar na mangabeira, e depois a mãe ainda mandava levar para o pai comer na roça. Assim, nossos parentes trabalharam muito tempo na roça sustentados por mangaba.



A implantação do Parque Nacional do Monte Pascoal, em 1961, mais uma vez provocou sofrimento, empobrecimento e dispersão do nosso povo. Nesta época chegou um tenente, encarregado do Parque, indenizando as famílias para que saíssem da área. Sr. Epifânio, que era o cacique de Barra Velha, acompanhado de seu filho Palmiro e Sr. Luiz, resolveram ir até Brasília, onde foram orientados a não aceitar nenhuma indenização. Alguns índios acabaram aceitando, outros não. Mesmo assim foram obrigados a sair novamente de suas terras. Barra Velha ficou deserta.



Em 1962 tinha pataxó em Itaquena, Trancoso, Porto Seguro, rio dos Frades, Canavieiras, Itabuna, Ilhéus; e mesmo fora da Bahia, no Espírito Santo e Minas Gerais. Depois de muito sofrimento fora de sua aldeia, muitas famílias resolveram voltar novamente para Barra Velha: a de Alfredo, de Epifânio, de Manoel Santana, de Levínio e muitas outras. Foram anos de muita luta.

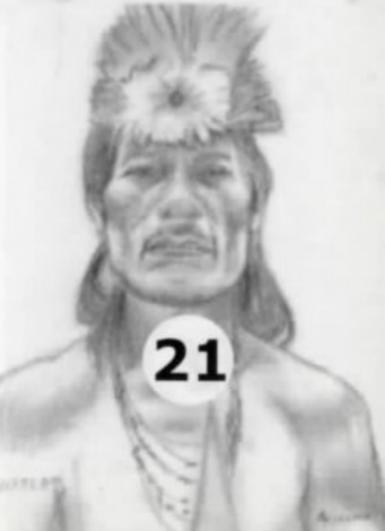
Como não podiam botar roça, proibidos pelos guardas do IBDF, viviam da coleta de mangaba, coquinho, caju e da pesca no mar e no mangue. Os homens iam pegar piaçava na mata à noite, escondidos dos guardas para poder trocar em Caraíva por farinha. Viviam como ladrões roubando em suas próprias terras. Diante de tanto sofrimento, resolveram ir novamente a Brasília para resolver aquela situação, brigar pelos seus direitos. O cacique Luiz, Palmiro, Alfredo e mais cinco pataxós seguiram a pé até Teófilo Otoni em Minas

Gerais, de lá conseguiram viajar de ônibus até Brasília. Ficaram por lá um mês, até conseguir falar com funcionários do SPI. Foram informados que o caso deles seria acompanhado pela regional de Recife. Pouco tempo depois chegou a Barra Velha um funcionário de Recife, chamado Francisco Sampaio trazendo ferramentas e dizendo que agora eles poderiam trabalhar nas roças, que já havia conversado com os guardas do Parque. Depois disso foi demarcada uma pequena área de terra perto da aldeia, onde só tinha quinhentos metros de terra aproveitável.

Em 1967, foi criada a FUNAI, Fundação Nacional do Índio em substituição ao SPI. Em 1968, enviado para Barra Velha o primeiro chefe de Posto Indígena, Rogério Dias, funcionário do IBDF que morava em Porto Seguro. A situação não mudou muito. Os índios tinham ferramentas mas não podiam plantar. Os guardas não deixavam abrir roças fora do limite imposto e a terra já estava cansada e improdutiva. A FUNAI, junto com o governo do estado da Bahia, tentou retirar os pataxós de Barra Velha, propondo a transferência para uma outra área, do outro lado do rio Caraíva, mas não deu certo. Os índios resistiram e não saíram. Dona Josefa foi uma das lideranças que resistiram:

*...Bem doutor, eu também sou índia. Sou a mais velha e filha do antigo cacique. Estou escutando que os homens estão concordando em sair daqui. Só se eles quiserem sair, mas eu não saio!*

Daí em diante as coisas pareciam melhorar, até que o chefe do posto resolveu comprar um barco velho pra gente pescar no alto mar. Não tínhamos o costume de pescar lá fora. Foram feitas duas viagens e pescamos muito peixe. Ficamos muito animados com isso. Na terceira viagem o barco saiu com oito homens, o tempo virou, ventou sem parar por quatro dias e o barco sumiu... nunca mais voltou. Foi muita tristeza para todos nós.



Finalmente, em 1984, melhorou a guerra contra o IBDF. Foram demarcados os 8.627 hectares de terras. A demarcação foi homologada em 24 de dezembro de 1996, pelo Decreto nº 1.396. Apesar de todo o sofrimento nós resistimos e unimos nossas forças. No dia 19 de agosto de 1999, reconquistamos o Monte Pascoal que, para nós, é um lugar sagrado, onde estão nossas raízes e onde estão brotando e dando novos frutos, que são as gerações do futuro do nosso povo.

Com o passar dos anos, fomos formando outras aldeias no entorno do Parque, juntando os parentes dispersos na região. Hoje nós temos dezoito aldeias.

Atualmente, nosso povo enfrenta vários desafios e são muitos os nossos projetos para o futuro.



Dona Joseja brigando com o guarda-florestal do IBDF que a proibia de fazer roça.

# Capítulo II

## 507 Anos de Resistência

Estima-se que na época da chegada dos europeus, em 1500, existiam mais de mil povos, somando entre dois a quatro milhões de índios, vivendo ao longo do território brasileiro de acordo com as suas diversidades socioculturais.

1500	1950	2007
4.000.000	100.000	600.000

A observação desse quadro com dados do Instituto Socioambiental - Povos Indígenas do Brasil mostra que nos meados do século XX, as populações indígenas foram reduzidas para mais ou menos cem mil habitantes. Neste ano de 2007, esse quadro se modifica, aumentando para mais de seiscentos mil indivíduos. Esse crescimento se deve também a novos reconhecimentos de povos indígenas. Atualmente existem no território brasileiro cerca de duzentos e vinte e sete povos, falantes de mais de cento e oitenta línguas diferentes.

No entanto, nós, povos indígenas, fomos muitas vezes desconsiderados como "gente", negando-nos o direito de verdadeiros donos destas terras. Muitos dos nossos parentes foram mortos na luta pela permanência em nosso território



tradicional. Fomos escravizados na tentativa de pacificação e domínio do nosso território ou para servir como mão-de-obra barata para o europeu.

Para implantar o seu reinado, o europeu invasor usou de tudo: e eliminação física e cultural, exploração sexual das mulheres, a prática do cunhadismo – que é a prática de casamento entre índios de outras aldeias, para promover alianças entre povos diferentes. Essa prática era comum entre os Tupi da Costa, foi apropriada pelos brancos, para assegurar os seus próprios interesses. Além disso construíram falsas alianças e promoveram a discórdia entre os povos indígenas.

Ao longo da história, essa foi uma pequena parte do longo sofrimento na luta e resistência para sobreviver aos diversos massacres e genocídios durante esses quinhentos e sete anos de contato e forçada colonização. O contato com os europeus nos forçou à perda de parte das culturas tradicionais: das línguas, das religiões e de todo o cotidiano das nossas comunidades. Assim, no decorrer desse período, nós, povos indígenas, passamos por diversos tipos de transformações, entre outras, a da nossa identidade étnica. Durante o período, aconteceram muitas perdas, mas conseguimos também alguns avanços. Entre estes, estão as ampliações das demarcações de terras indígenas - embora não satisfazendo a todas as nossas necessidades e reivindicações,



a criação de várias organizações, como a APOINME-Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, CAPOIB - Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas

do Brasil, entre muitas outras, além de algumas garantias incluídas, pela nossa luta, na Constituição de 1988.



A negação e exclusão no processo de transformação impostas às comunidades indígenas, no entanto, chegam até os nossos dias. A morte de nosso parente, Galdino Pataxó Hãhãe, queimado vivo por jovens da classe média em Brasília, na madrugada de 20 em abril de 1997, num ato bárbaro, que abalou o mundo, não foi só um caso isolado, é uma pequena mostra do que sofrem hoje os nossos povos que

vivem oprimidos. Se não fosse a coragem do casal que anotou a placa do carro e a pressão de diversos setores, provavelmente seria mais um crime sem solução. Com todas essas coisas que aconteceram, o mundo passou a ver as comunidades indígenas com outros olhos, chegando a fazer manifestações em apoio à luta dos povos indígenas.

Mesmo assim, o governo quis comemorar os "500 anos de Descobrimento do Brasil", em 2000, com o intuito de mostrar para o mundo, a harmonia entre governo, povos indígenas e a sociedade brasileira.

Na tentativa de realizar o seu projeto, o governo brasileiro traçou várias estratégias para a divulgação de um país "resolvido" com discursos enganosos, tentando, assim, esconder os problemas de toda a sociedade brasileira: o desemprego, os conflitos fundiários, a violência, a discriminação racial e étnica, a fome, a falta de políticas públicas adequadas para a educação, saúde e tantos outros.



Chegaram a conceder algumas demarcações e ampliações de terras para algumas etnias, com a expectativa de fazer as populações indígenas no Brasil serem coniventes com o seu projeto comemorativo.



Manifestação em protesto pela cruz metálica do governo e a derrubada do monumento indígena.

Cansados de tanta perseguição e sofrimento, procuramos encontrar algo que viesse chamar a atenção das elites dominantes nesse período de comemorações. Na luta pelos nossos direitos, os líderes indígenas de todo o Brasil se reuniram para organizar um grande manifesto durante as comemorações dos 500 anos. E chegamos ao consenso de fazer a **Marcha e Conferência dos Povos e Organizações dos Índios do Brasil** e construir o monumento de resistência indígena, como marco desse encontro. Procuramos nos unir com os parentes de outras etnias, a fim de melhor apresentarmos as reivindicações de nossas comunidades.

Em 24 de setembro de 1999, lideranças indígenas de todo país se reuniram em Porto Seguro e lançaram um manifesto amplamente divulgado, que pode ser encontrado na íntegra no final desta publicação.

No dia 1º de abril de 2000, a comunidade Pataxó de Coroa Vermelha começou a construção do monumento de resistência indígena, que foi, antes da sua conclusão, por determinação do governador da Bahia, César Borges, destruído com a força armada da polícia militar.

A polícia militar invadiu a terra indígena de Coroa Vermelha, na noite do dia 4 de abril, e colocou a sua população e lideranças sob a mira das metralhadoras. Iniciou-se, assim, um processo de perseguição e tentativas de manipular as decisões das comunidades indígenas, pelos representantes do governo, fazendo chantagens de não conclusão das obras em Coroa Vermelha, caso nossas lideranças não concordassem com seu jogo sujo. Essa movimentação provocou a intervenção da Procuradoria da República, que propôs um Termo de Ajustamento de Conduta, o TAC, que, pela manipulação das negociações, terminou não sendo assinado.

O governo tentou impedir qualquer tipo de manifestação pública, bloqueando as estradas que davam acesso a Porto Seguro, proibindo os representantes dos movimentos sociais e até mesmo os turistas de chegar à cidade. Os nossos representantes indígenas conseguiram realizar a sua caminhada até Coroa Vermelha graças a um mandado de segurança impetrado pela Procuradoria da República, no início de abril de 2000.

A nossa marcha foi memorável. Saindo representantes indígenas de vários pontos do país, com destino à aldeia Pataxó Coroa Vermelha no município de Santa Cruz Cabrália na Bahia. No período de 17 a 22 de abril de 2000 foi realizada a **Conferência Nacional dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil**.

Nesse período, muitas coisas boas e ruins aconteceram. Foram mais de três mil parentes reunidos, de mais de cento e cinquenta etnias, num acontecimento único na história dos nossos povos. Nesse grande encontro, pudemos melhor discutir e apresentar as nossas reivindicações: as



demarcações das terras indígenas, garantia do direito à saúde e educação diferenciada e de qualidade, a autodeterminação e sustentação das nossas comunidades.

Paralelamente na região, aconteceram reuniões de grupos do movimento negro, sindicalistas e outros. No dia 22 de abril, saímos em passeata para o município de Porto Seguro, onde estava acontecendo a festa "oficial" dos 500 Anos, em que estavam presentes autoridades do governo do Estado, o presidente da República Fernando Henrique Cardoso, o presidente de Portugal e representantes de outros países. Saindo em marcha de Coroa Vermelha, nos deparamos com o esquadrão de choque da Polícia Militar que impediu brutalmente nossa manifestação pacífica, usando de força e armas, sem querer nenhum tipo de diálogo. Muitos dos nossos parentes foram barbaramente espancados. O governo federal nada fez para impedir tamanha brutalidade, e até hoje não foram demarcadas nossas terras.



Tropa de Choque da Polícia Militar impedindo a Marcha



Agressão da PM à lideranças indígenas.

# Capítulo III

## A retomada do nosso território

*Retomada não é uma invasão de terras e sim a reconquista do território tradicionalmente ocupado pelos povos indígenas que, nestes 507 anos foram retirados pelos colonizadores.*

Desde 1990 que nós, Pataxó do Extremo Sul da Bahia estamos nos organizando para alcançar um objetivo: retomar nosso território tradicional do Monte Pascoal.

Durante cem anos, de 1861 a 1961, nós reconstruímos nosso modo de vida, em Barra Velha, explorando a pesca costeira, a fauna dos manguezais e campos litorâneos entre os rios Caraíva e Corumbau, praticando nossa agricultura tradicional, baseada no milho e na mandioca, em clareiras abertas na extensa Mata Atlântica que recobria todo o tabuleiro entre os dois rios, desde as proximidades da costa até a base do Monte Pascoal.

O nosso modo de vida permaneceu assim até 1961, quando o governo brasileiro, querendo proteger o Monte Pascoal, as matas e o litoral nas proximidades do importante sítio histórico, desconhecendo a história da região e do próprio Brasil, implantou, justamente sobre nossas terras, asseguradas pela Constituição desde 1934, um Parque Nacional.

Karajá, ex-cacique e liderança de Coroa Vermelha, diz que antigamente era muito difícil sobreviver nas nossas aldeias reduzidas com a criação do Parque.



*...“Não podia caçar, pescar, nada... o que nos agüentava ali era o mangue. Desde 51, os índios ficaram desconsiderados na região. Ninguém queria dar trabalho pra gente.*

*Quando a gente saía da aldeia, as pessoas fechavam a porta na nossa cara pra nem ver... A gente era considerado como animal, vivia preso na aldeia. Ninguém ligava pra gente, nem governo nem nada... Não tinha terra pra plantar, comia caju, castanha, mangaba, caranguejo cozido na água salgada do mar, que nem sal nem farinha a gente tinha...”*



Só após nove anos da criação do Parque Nacional do Monte Pascoal a FUNAI passou a reconhecer o nosso povo, dando-nos assistência. Em 1980, o IBDF, em acordo com a FUNAI, limitou o espaço onde nós tínhamos que viver, tirando nossa auto-sustentação. Em 1981, foi

regularizada uma faixa de terra indígena, Barra Velha. No entanto, não houve atendimento técnico administrativo dos requisitos exigidos para demarcação e regularização de uma terra indígena.

Esses atos do governo nos impediram de exercer nosso modo de vida tradicional pois passamos a sobreviver em uma faixa de terra arenosa, onde não tínhamos condições de desenvolver a agricultura, nem outras atividades como pescar, caçar, coletar frutos, sem poder nem mesmo caminhar pelas matas para praticar os nossos rituais em lugares sagrados.

Os mais velhos contavam que depois da criação do Parque Nacional, a vida passou a ser mais difícil, pois o Monte Pascoal era a nossa fonte de renda. Lá a gente caçava e tirava o nosso sustento. Fazíamos artesanato apenas para o nosso uso. Não destruíamos a mata. Usávamos a piaçava para trocar com alimentos e objetos não produzidos na aldeia. Depois que passou a ser administrado pelo IBDF, atual IBAMA, nós passamos a tirar piaçava à noite e quando não dava para carregar tudo, enterrava e cobria com folhas secas o restante para que os guardas não achassem no dia seguinte.

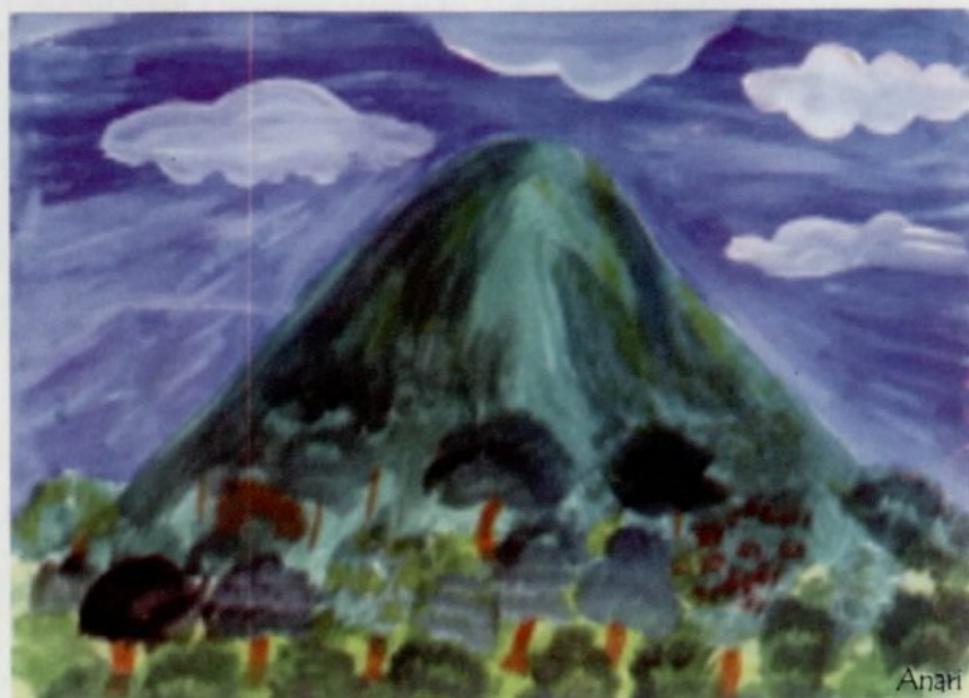
A comercialização ou troca era realizada no vilarejo de Caraíva, onde batíamos na porta do comprador que já estava a nossa espera. Pegávamos tudo que necessitávamos para a comunidade e voltávamos antes do dia amanhecer para que os guardas não desconfiassem. É duro lembrar que, quando nós morávamos lá, toda a mata era protegida, coisa que não aconteceu sob a administração do IBAMA, pois, com eles, madeiras foram retiradas ilegalmente, e aconteceram vários incêndios, destruindo grande parte da Mata Atlântica.

Com a implantação do Parque, passamos a sofrer muitas perseguições por parte do governo federal, que nos trouxe a perda da terra e a diminuição do espaço socioeconômico, forçando a saída do nosso povo da sua terra tradicional, dando origem à segunda dispersão, pois muitos índios que viviam ali passaram a viver em outras áreas e cidades circunvizinhas. A maior parte da terra que ficou delimitada para os índios sobreviverem era apenas areia.

Aumentou o conflito entre índios e fazendeiros, pois o governo deu título de posse da terra indígena aos fazendeiros. Os índios que foram morar na cidade passaram a negar sua identidade.



Com o reconhecimento e a demarcação desta pequena parte do nosso território, muitos parentes que haviam se dispersado em época de conflito, resolveram procurar suas aldeias de origem. Mesmo assim, muitos índios ainda continuam vivendo nas cidades com grande receio em afirmar sua identidade Pataxó.



## Monte Pascoal, Nossa Terra

*"O Monte Pascoal, nosso Pé de Pedra<sup>1</sup>, é terra indígena, baliza de nossa história, salão de nossas festas, altar e memória de nossos antepassados. Terra que representa o canto do paihó, sossego da onça pintada, o som do sabiá, o tinir da araponga, a sombra do jequitibá e tantas outras formas de vida da Mata Atlântica que queremos preservar como sempre o fizemos."*

Em 1998, depois de uma reunião do Conselho de Caciques Pataxó<sup>2</sup>, em Barra Velha, foi retomada as terras onde moravam famílias Pataxó junto com famílias dos não-índios, assentadas em vinte e sete lotes, dentro do território indígena, pelo INCRA. Nesta ocasião foi retomada e reconhecida oficialmente a atual aldeia de Corumbauzinho, que fica em torno do Monte Pascoal. A FUNAI, atendendo as nossas reivindicações, criou um Grupo de Trabalho para fazer novos estudos dos limites da Terra Indígena Barra Velha e Corumbauzinho.

<sup>1</sup> Pé de Pedra: denominação dada pelos mais velhos ao Monte Pascoal.

<sup>2</sup> Conselho de Cacique: criado em 1995, trouxe uma grande união entre as lideranças do povo Pataxó e Pataxó Hãhãhãe e vem tomando a frente na luta pela recuperação do território tradicional do nosso povo.

Em agosto de 1999, nos dias 16 a 18, o Conselho se reuniu na aldeia Boca da Mata para discutir os problemas referentes às dificuldades existentes nas aldeias, principalmente a luta pelo direito a demarcação das terras. Ficou definido nesta reunião a ampliação das aldeias Barra Velha, Meio da Mata, Boca da Mata, Águas Belas e Corumbauzinho, começando assim a recuperação do nosso território tradicional, terra dos nossos antepassados, que ainda hoje está sendo retomado por nosso povo.

No dia 19 de agosto de 1999, depois de três dias de reunião, o Conselho, decidindo pela retomada, convocou a comunidade das aldeias Boca da Mata, Coroa Vermelha, Caramuru, Barra Velha, Corumbauzinho, Aldeia Velha e Águas Belas, que com mais de trezentas pessoas se dirigiram para a região do entorno do Monte Pascoal. Tomamos a Guarita do Parque, onde estavam dois guardas do IBAMA. Recolhemos suas armas, que depois devolvemos para a FUNAI. Ali mesmo fizemos nosso acampamento, permanecendo até hoje, esperando que os estudos dos limites de nossas aldeias comprovem que estas terras sempre foram do nosso povo.

Até hoje, cerca das dez fazendas que estão dentro do nosso território tradicional, no entorno do Monte Pascoal, foram retomadas.

### ***Carta do Povo Pataxó às Autoridades Brasileiras***

***Nós, representantes dos povos Pataxó e Pataxó Hãhãhãe, reunidos entre os dias 16 e 18 de agosto de 1999, lideranças do nosso povo, discutimos os problemas por que passam hoje as comunidades indígenas, principalmente na luta pela demarcação de nossas terras. Nessa Assembléia do Conselho de Caciques, nós confirmamos a necessidade de ampliação e recuperação do nosso território tradicional, dentre este a área que compreende parte das aldeias Boca da Mata, Barra Velha, Corumbauzinho, Meio da***



*Mata e Águas Belas, aldeias ao redor do Parque Nacional do Monte Pascoal, terra dos nossos antepassados, que hoje está sendo recuperada por nosso povo.*

*Depois de muita conversa bonita, cansados de esperar por nossos governantes, e conscientes que, o suposto Parque Nacional está dentro dos limites de nossa terra, conforme a história dos nossos anciãos, decidimos imediatamente RETOMAR o nosso território, neste dia 19 de agosto de 1999, quinta-feira, protegidos pela memória dos antepassados, protegidos pelo direito Constitucional e forçados a dar respostas aos atos falhos do estado brasileiro e aos seus governantes que nunca olharam nem se preocupam com a nossa situação. É impossível falar em comemoração dos 500 anos de invasão de nossa terra sem lembrar do sofrimento e violências contra os povos indígenas até os dias de hoje; a falta de uma assistência adequada e o descaso total dos órgãos responsáveis também motivou a nossa decisão.*

*Nosso principal objetivo é garantir a nossa terra; pretendemos transformar o que as autoridades chamam de Parque Nacional do Monte Pascoal em Parque Indígena, Terra dos Pataxó, para preservá-lo e recuperá-lo da situação em que hoje o governo deixou a nossa terra, depois de anos nas mãos do IBDF, atual IBAMA, que nada fez a não ser reprimir os índios e desrespeitar os nossos direitos. Queremos deixar claro para a sociedade brasileira, para os ambientalistas, para as demais autoridades, que não somos destruidores da floresta, como tem sido proclamado pelo chefe do Parque, que muito tem desrespeitado os nossos direitos; queremos também contar com o apoio de todos: entidades, igrejas, parlamentares, órgãos federal, estadual e municipal, para construir o futuro do nosso povo dentro do nosso território tradicional.*

*Vamos celebrar os 500 anos em nossa terra; receberemos os nossos parentes de todo Brasil aqui, no Monte Pascoal, único local possível para construirmos o futuro com dignidade.*

*Solicitamos que a Procuradoria da República e a imprensa em geral possam acompanhar os nossos trabalhos nestes primeiros meses, dentro de nossa terra. Mais uma vez pedimos o apoio de toda a sociedade brasileira.*

*Aldeia do Monte Pascoal, 19 de agosto de 1999.*

# Capítulo IV

## Nosso Território

Conforme o parágrafo 1º do Art. 231 da Constituição Federal de 1988, é esta a definição de uma terra indígena:

***"São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições".***

Desde um tempo imemorial, somos habitantes tradicionais dessa região do extremo-sul da Bahia, hoje chamada "Costa do Descobrimento". Após resistir à invasão de nossas terras por mais de três séculos, fomos finalmente confinados, em 1861, pelo governo da província da Bahia, em uma única aldeia, situada junto ao mar e próxima do Monte Pascoal: a Aldeia de Barra Velha.

Hoje temos uma população de aproximadamente doze mil, setecentas e cinquenta e cinco pessoas, vivendo nas áreas do extremo sul da Bahia, quase toda ela em uma faixa de cerca de trinta quilômetros de largura desde o rio Cahy, no município de Prado, e ao longo de todo o litoral dos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. Moramos em dezoito aldeias que são Barra Velha, Imbiriba, Boca da Mata, Meio da Mata, Águas Belas, Coroa Vermelha, Trevo do Parque, Mata Medonha, Corumbauzinho, Aldeia Velha, Guaxuma, Aldeia Nova, Pé do Monte, Cahy, Alegria Nova, Tibá, Pequi, e Craveiro. Apesar de todo o sofrimento nós resistimos e unimos nossas forças.



O território Terra Indígena Barra Velha, com 8.627 hectares, é composto por três aldeias: **Barra Velha, Meio da Mata e Boca da Mata**, onde moram aproximadamente quinhentas e trinta e duas famílias. Temos ainda Águas Belas, Imbiriba, Mata Medonha e Coroa Vermelha, com pequenos territórios demarcados, mas as nossas terras passam por revisão de limites para aumentar o seu perímetro territorial. O restante do território a que temos direito está sendo estudado. Os parentes se ocuparam de algumas terras, mas ainda não estão garantidas, como por exemplo, a Aldeia Velha, no município de Porto

Seguro, Pequi, Craveiro, Cahy e Tibá no Prado e Guaxuma. Essas terras esperam respostas para demarcação, garantindo a nossa permanência com respeito e dignidade a ter um futuro melhor.



Aldeias	Ano*	Município	População	
			famílias	pessoas
Barra Velha	1861	Porto Seguro	315	3.000
Imbiriba	1920	Porto Seguro	58	294
Águas Belas	1953	Prado	55	270
Mata Medonha	1960	Santa Cruz Cabrali	40	200
Coroa Vermelha	1973	Santa Cruz Cabrali	950	5.000
Boca da Mata	1976	Porto Seguro	172	850
Meio da Mata	1987	Porto Seguro	45	250
Trevo do Parque	1988	Itamaraju	40	90
Corumbauzinho	1998	Prado	52	312
Aldeia Velha	1999	Porto Seguro	138	564
Guaxuma,	2000	Porto Seguro	43	190
Aldeia Nova	2000	Porto Seguro	20	85
Pé do Monte	2000	Porto Seguro	15	70
Cahy	2000	Prado	180	1.050
Alegria Nova	2000	Prado	22	85
Tibá	2003	Prado	40	210
Pequi	2003	Prado	24	120
Craveiro	2003	Prado	27	115
População Pataxó do Extremo Sul da Bahia			2.230	12.755
Fonte: CIMI Eunápolis, Profs. Indígenas, Lideranças Pataxó e FUNAI/2006				
* Ano de aldeamento ou retomada do território tradicional				

# Barra Velha

Nossa "Aldeia Mãe" tem uma população de aproximadamente três mil pessoas, com cerca de trezentas e quinze famílias. Está situada na beira da praia, entre os rios e povoados, Caraíva e Corumbau, com oito quilômetros de distância cada um, a cem quilômetros da cidade de Porto Seguro. A sede da aldeia, com as escolas, o posto médico, o posto da Funai e grande parte dos nossos **kijemes** (casas), ficam a um quilômetro da praia, no alto, com uma bela vista para o mar. As outras casas ficam mais perto da praia. Existem ainda grupos familiares que moram um pouco distante da sede da aldeia, formando núcleos denominados Bujigão, Pará, Campo do Boi e Porto do Boi.

As atividades principais são pesca, artesanato e agricultura. Cultivamos a mandioca, o milho, feijão, abacaxi, banana, melancia, batata-doce, pimenta-do-reino e abóbora. A pesca é praticada no mar e no mangue, onde são retirados peixes, caranguejo, camarão, lagosta, polvo, entre outros. A especialidade artesanal da aldeia são os colares, brincos e pulseiras de sementes.

O mangue fica entre Barra Velha e Corumbau. Ele é um só, mas tem vários nomes: Avião, Bagueira de Baixo, Bagueira de Cima, Pacuio, Coqueiro, Pomba, são vários pontos. Além dos vegetais que existem no mangue, tem também pequenas árvores que ficam próximas. Temos o **caxandó**, que é um tipo de coqueiro baixo, que fica na praia. Produz cachinhos de coquinhos que podemos comê-los quando maduros, e servem para fazer artesanato. Temos também o **mauizeiro** que é uma pequena árvore. A semente desta árvore também serve para fazer artesanato. Suas folhas e raízes eram, há muitos anos atrás, usadas pelas pessoas mais velhas da aldeia para pegar peixe no mar e no rio, pois é um tipo de





No tempo da chuva, que é de abril a setembro, o rio enche e os animais, como a capivara, o jacaré e a paca, aparecem e ficam mais fáceis de caçar. A carne é bastante apreciada por todos e é importante para a nossa sobrevivência.

Temos três tipos diferentes de vegetação: **campo, capoeira e mata atlântica**. O campo é composto de vegetação rasteira, como capim, samambaia, bananeira, sapé, entre outros. Os animais que habitam esse território são: tatu, raposa, coelho, perdiz, pombo, tamanduá.

O campo chega a atingir 40% do território. Capoeira são locais da mata atlântica que foram destruídas para roça. Depois da colheita, esses locais foram abandonados. Com o tempo, as árvores nativas nasceram e reflorestaram de forma natural. As árvores que nasceram são menores do que as nativas. Os animais que habitam estes locais são diversas espécies de vertebrados, invertebrados, como répteis e aves. Eles se alimentam de insetos e frutas silvestres. O local, reflorestado de forma natural, chega a atingir 30% do território da mata atlântica.

A maior parte desta floresta foi destruída por fogo e derrubada para construção de roça. Várias espécies de animais e insetos entraram em extinção, como o tatu canastra, a onça pintada, que hoje não existe mais na nossa região. Além dos animais, os pequenos córregos estão correndo grande risco de desaparecerem, por causa do desmatamento no seu percurso nascente. Mas o que resta traz grande riqueza para nós. Além de espécies de animais temos a flora que representa uma farmácia natural para o nosso povo. Sem contar com as frutas silvestres, com aroma e sabor impecáveis. As bromélias, com cores e tipos diferentes, embelezam mais ainda a floresta.



Da mata são retirados vários tipos de matérias-primas: a madeira para canoas, construções de casas e confecção de artesanatos, o cipó para cordas e artefatos, como vassouras, cestos, balaios e armadilhas para pegar pássaros e animais maiores, sementes para colares e brincos. Os artesanatos são vendidos fora da aldeia. Os locais mais freqüentados são Caraíva, Corumbau e Curuípe. São pontos turísticos e ficam perto de Barra Velha. Além da venda do artesanato para turista, os grupos da agricultura trocam seus produtos cultivados por gêneros alimentícios industrializados.

O clima é tropical, oferecendo muitas vantagens para vários tipos de plantações. No inverno o clima é um pouco frio e com muito vento, porque é o tempo das chuvas. Nessa época tem plantação que sofre muito, como é o caso da melancia e do feijão. O verão é quente e tem uma brisa suave que leva e traz os pescadores nas suas canoas à vela. Nesse tempo quase ninguém planta, aproveitam o verão para a venda de artesanato.

Barra Velha hoje enfrenta o problema do lixo na aldeia. Com as idas às cidades, alguns índios fazem compras para serem comercializadas na própria aldeia, e com isso o lixo a cada tempo que passa vem ampliando a quantidade. Não tem excesso de lixo ainda, mas a população está crescendo e podemos ter sérios problemas no futuro se não tomarmos uma providência sobre o seu destino.

Muitos moradores não cuidam devidamente do lixo. De acordo com a convivência na aldeia, nós índios sentimos necessidade de comprar produtos industrializados. Por esse motivo, nos últimos anos, os índios sempre trazem nas compras produtos de plástico, embrulho com papéis, caixas de papelão, frascos de vidro, latas e produtos tóxicos, como pilhas para serem usadas em aparelhos elétricos, bateria de celulares, adubo para plantação. Muitas vezes estes produtos ficam expostos em lugares sem proteção alguma. Apesar das famílias produzirem pouco lixo, se estes produtos não forem colocados em lugares adequados a aldeia ficará poluída, podendo ser lançado nas lagoas, nos rios, no mar, atraindo animais nocivos. A partir daí, poderemos ter vários problemas em nosso

dia-a-dia e no futuro, como a contaminação da água e doenças causadas por animais nocivos.

Para nos prevenir desse problema as mulheres varrem suas casas e quintais, algumas enterram e outras queimam o lixo que juntam, outras jogam longe do centro da aldeia. Há sempre mutirões. Os homens se organizam para fazer limpezas nas lagoas, roçar (cortar) os matos das estradas, fazer esgotos nas lagoas que estão cheias de matos e lixos, cortam os matos que estão impedindo que a água corra no seu leito principal. As mulheres capinam e varrem as ruas da aldeia. Os lixos que recolhem elas enterram ou queimam.

Texto extraído das monografias de Geane Bomfim Vieira, Genival Conceição dos Santos e Uelson Santana Braz apresentadas no Curso de Formação para o Magistério Indígena da Bahia – Agosto de 2003



Primeira Escola Pataxó de Ensino Médio situada em Barra Velha.

## Boca da Mata

A aldeia, na verdade, iniciou em 1976, com a demarcação da Terra Indígena Barra Velha. Este território foi demarcado para os índios depois de muita luta. A necessidade de fazer roças para plantar, para sua sobrevivência foi o que fez os índios deixarem a aldeia Barra Velha. As matas estavam ficando muito longe para poder trabalhar. Quando chegavam na roça, já era hora de voltar para casa. Os índios que tinham roça distante se reuniram e decidiram vir morar nesta região porque ficaria mais fácil poder trabalhar. Quando eles chegaram já moravam as famílias de Tibuço, Josafá e Vando. Daí começou a chegar mais índios, que vinham de Barra Velha, e foram formando a aldeia Boca da Mata, que vivia da agricultura, com produção de farinha. A farinha era levada para



Montinho, em Itamaraju. As primeiras famílias chegaram a exportar farinha para outras aldeias e também sobreviviam da caça, pesca e do artesanato feito de cipó. Sua principal atividade é a agricultura e artesanato.

Em 1980 um acordo espúrio entre a FUNAI e o IBDF permitiu que alguns índios retornassem e reocupassem uma faixa do seu território tradicional, o qual depois seria regularizado. Criada em 1981, depois de um novo acordo, ficou destinada uma faixa exclusiva no Parque de Monte Pascoal.

A aldeia Boca da Mata fica situada na margem direita do córrego Cemitério, pouco acima de sua confluência com o rio Caraíva. Tem uma população de cerca de oitocentas e cinqüenta pessoas com aproximadamente cento e setenta e duas famílias. Localizada no município de Porto Seguro, estado da Bahia, fica a cento e dois quilômetros da cidade.

Existe um problema muito sério na região, que é o da prática das queimadas que só traz prejuízo para nós, índios. As matas são queimadas, matando muitos animais e escorraçando outros, enfraquecendo o solo e provocando a seca nos rios, resultando em sérias consequências para a comunidade. Se isto continuar os índios vão sentir falta de tudo que foi destruído pelo fogo. Esperamos que todos tenham consciência desse problema e acabem com esta prática. As pessoas, muitas vezes, não têm consciência daquilo que fazem. Por não terem conhecimento do que estão fazendo, terminam provocando focos de incêndio na nossa reserva.

Existe um grupo de brigada de combate ao fogo na região, formado por índios, que vem conscientizando nosso povo sobre este problema. Do mês de dezembro até fevereiro é a época mais perigosa para fazer queimada, porque nessa época é tempo de verão na nossa região. Não devemos facilitar com o fogo, nosso inimigo. Muitas vezes as pessoas falam que um foguinho não vai queimar muito, mas quando dão as costas esse foguinho torna-se um fogaréu que fica difícil de controlar. Por isso é preciso que a comunidade se mobilize e tenha responsabilidade com todo esse trabalho.

Na visão do pajé Manoel Santana, nossas matas foram queimadas porque algumas pessoas não respeitam a natureza, que é a nossa mãe. Hoje, nós já estamos pensando melhor sobre as queimadas. Quando pensamos em fazer uma roça é com grande dificuldade que conseguimos um trator para arar uma tarefa de terra, pois nós pensamos logo no dinheiro que não temos. Mas é a melhor forma



de evitar a queimada das nossas matas no território do Monte Pascal. Porque é da mata que tiramos todo nosso alimento, é dela que tiramos cipó, piaçava, embira, tucum para fazer tapiti, peneira, remo...

Nosso pajé vive preocupado com o reflorestamento. Ele não tem muito recurso, mas conseguiu fazer um viveiro de mudas das plantas que vem reflorestando as áreas devastadas. As plantas são: macanaíba, juerana, pequi, jacarandá, sapucaia, peroba, carne de vaca, ubatã, orelha de onça, pau roxo, paraju, inhaiba, castanha, pau-brasil, gravatá muçununga, pau couro e jequitibá. Com esta preocupação, ele vem plantando estas e outras mudas há vinte anos. As madeiras que não se encontra mais é bastião de arruda, jacarandá, mutaba, braúna, cedro verdadeiro, reis dos paus e oiticica. Ele já plantou setecentas mudas de oiticica, aderno, arapati e pau sangue. Ele tem consciência de que o desmatamento traz fome, doença e afasta os animais.

Texto extraído das monografias de Dinair Pires Pereira e Jovino de Jesus Ponçada apresentadas no Curso de Formação para o Magistério Indígena da Bahia – Agosto de 2003

## Meio da Mata

Foi formada em 1987 com famílias vindas de Boca da Mata que fica a cerca de seis quilômetros de distância. Situada na margem direita do rio Caraíva, pouco abaixo de sua confluência com o córrego Cemitério, tem aproximadamente uma população de mais de duzentas e cinquenta pessoas e cerca de quarenta e cinco famílias. As aldeias de Barra Velha, Boca da Mata e Meio da Mata ocupam o mesmo território chamado pela FUNAI de "Terra Indígena Barra Velha", com 8.627 hectares, situada no extremo sul do município de Porto Seguro e dentro do Parque de Monte Pascoal.

As primeiras famílias que chegaram aqui foram as de Chico Palha, no Severo; Benedito e Pedro Braz, no Estivado e mais acima a família Abade. Quando essas famílias vieram para esse lugar encontraram muitas dificuldades. Os guardas do Parque Nacional do Monte Pascoal, que ficavam no Pé do Monte, disseram que eles não podiam fazer casa nesse local e os mandaram de volta para a aldeia Barra Velha. Chegando lá, o cacique Tururim reuniu as lideranças e deu apoio a estas famílias para retornarem. Eles escolheram aquelas terras porque eram boas para o plantio, para a caça e a pesca. Como ficava entre a aldeia Boca da Mata e Barra Velha, deram o nome de Meio da Mata.

Existiam muitas plantas e ervas medicinais para tratamento. Tinha até uma pedra santa que servia para dor de cabeça. Hoje a área de saúde da aldeia tem melhorado, pois existe um posto de saúde com atendimento médico uma vez por semana, mas o acesso para a aldeia continua precário. Nossa principal atividade de subsistência é a agricultura e o artesanato.

Maria José da Conceição foi uma mulher guerreira, que lutou pela cultura, saúde e educação de nossa aldeia. Atualmente são os jovens que estão dando continuidade a esse trabalho, buscando melhorar nossa cultura e a educação do nosso povo com o grupo **Xarikuã Pokhã**.

Texto de Otelino Braz de Jesus do grupo de cultura Xarikuã Pokhã

## Trevo do Parque

Nossa aldeia está localizada no município de Itamaraju, quinze quilômetros ao norte da cidade, junto ao entroncamento das rodovias BR-101 e a BR-498 que é via de acesso ao Monte Pascoal.





Nós precisávamos de um local para vender artesanato e viemos para esta pequena área de apenas um hectare e meio, que nos foi doada por um fazendeiro, em 1988. Nesta época moravam cerca de setenta pataxós em caráter permanente. Em 2005, depois de muita luta pela ampliação do nosso território, conseguimos uma área de trezentos hectares, podendo assim plantar para a nossa sobrevivência. Antes vivíamos somente de artesanato.

Quando eu vim morar aqui era rapaz ainda, hoje estou com quarenta anos, sou o atual cacique e venho lutando pela comunidade.

Nós viemos pra cá por causa da venda do artesanato, tínhamos muitas dificuldades em Barra Velha. Foi quando apareceu a BR 101 e a gente achou que ia ser mais fácil arrumar o kaiãbá (dinheiro), então viemos pra cá.

Dona Tereza é uma das primeiras moradoras daqui. A índia mais velha e tem setenta anos. Tinha um grupo de famílias que moravam na faixa da BR 101 onde vendiam os artesanatos. Quando os carros passavam os índios corriam para vender. Certa vez um carro pegou uma índia e então a DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem) proibiu que a gente ficasse lá.

Nesta época tinha um fazendeiro que morava perto de lá e conhecia a nossa situação. Havia cerca de seis famílias. Ele doou três tarefas um hectare e meio de terras para nós. Ele se chamava Abílio Manzola e passou um documento para nós e, de lá pra cá começou a chegar mais gente porque era mais fácil vender artesanato.



O primeiro cacique foi Benedito Xahu, eu era o vice-cacique, depois ele foi embora para Coroa Vermelha e eu fiquei no lugar dele. Já está fazendo treze anos que a comunidade me colocou como cacique. De lá pra cá a gente vem reivindicando às autoridades do Brasil para ampliar a nossa área.

Há pouco tempo nós conseguimos fazer uma negociação entre o INCRA e a FUNAI e conseguimos estes trezentos hectares de terra. Atualmente existem quarenta famílias e cerca de noventa pessoas e estão chegando mais de outras aldeias. Agora estamos trabalhando nesta terra, buscando alternativa pra viver. Hoje a nossa aldeia tem energia, maquinário e escola com professores indígenas. Estamos mais estruturados, mas continuamos vendendo nosso artesanato, que é a nossa fonte de renda.

Texto de Adilson, cacique Patiburi

## Coroa Vermelha

A história de Coroa Vermelha começou há mais de quinhentos e sete anos, quando os portugueses invadiram as nossas terras, devastando as nossas florestas, massacrando o nosso povo. Com isso, fomos obrigados a sair à força de nossos lugares de origem. A perda das nossas terras também teve a contribuição dos governantes do nosso país, que, em 1861, nos forçaram a viver no Bom Jardim, atual Barra Velha, para sermos "amansados".

Após muitos anos nesse aldeamento, houve o massacre de 51, onde morreram muitos índios e outros se refugiaram em outros locais, formando novas aldeias. Foi aí que surgiu a aldeia Coroa Vermelha e várias outras. Nós, índios, já tínhamos consciência de que esta terra sempre foi nossa e voltamos para conquistar o que é nosso, de direito, ocupando um espaço simbólico para todas as etnias do Brasil.





compreende ainda uma gleba de mata a cerca de seis quilômetros a oeste da aldeia, na qual a comunidade desenvolve, desde 1973, atividades de coleta e, desde 1990, agricultura de subsistência e a criação de pequenos animais.

Para conquistar o nosso espaço, a comunidade teve que lutar muito. Os nossos líderes viajaram muito para procurar apoio das autoridades para o reconhecimento das nossas terras.

**A Conquista da Jaqueira** - Em 1997, a Terra Indígena Pataxó Coroa Vermelha, estava em processo de demarcação. Essa área incluía a área que hoje denomina Reserva Pataxó da Jaqueira. A retomada desta área contribuiu para apressar a homologação da Terra Indígena Pataxó Coroa Vermelha. O processo de retomada aconteceu porque na época a empresa Goes Cohabita, que tinha o título da terra, começou a desmatar a área para fazer loteamentos, retirando madeiras, areia e barro. Esta terra já estava em processo de demarcação para ser reconhecida como área indígena. Quando percebemos o que estava acontecendo, nos reunimos e fomos ocupar o local que é nosso de direito. Isso aconteceu em 11 de outubro de 1997, com a ajuda de parentes das aldeias Caramuru Paraguaçu, Boca da Mata, Barra Velha, Mata Medonha.

O primeiro momento foi da apreensão do trator. Logo depois comunicamos à FUNAI, IBAMA e à Polícia Federal, que vieram até o local. Essa ocupação se deu por volta das dez horas da manhã e foi acompanhada por quatro agentes da Polícia Federal, quatro da FUNAI e três do IBAMA. O IBAMA lacrou o trator e as nossas lideranças, o cacique Karajá, Sarakura, Remunganha e Chico Índio, resolveram ir até Brasília com o objetivo de garantir a aceleração da demarcação das nossas terras. Eles ficaram oito dias em Brasília para resolver essa questão. Foi quando, em 18 de outubro do mesmo ano, foi publicado no Diário Oficial da



União, a homologação da nossa terra. Enquanto os nossos líderes estavam em Brasília nós permanecemos no local, lutando para impedir que essa área fosse destruída e devastada. Durante trinta dias, enfrentamos muitas dificuldades, ficamos em barracas de lona e palha, dormindo no chão e às vezes sem alimentação.

A Reserva da Jaqueira, com uma área de 827 hectares de preservação permanente serve como elo de conscientização ambiental e cultural entre índios e não-índios. Desenvolvemos um programa de ecoturismo dentro da Reserva, com trilhas ecológicas e armadilhas tradicionais, com participação e integração na cultura indígena para os visitantes. Essa foi a forma que encontramos para manter o local, abrindo para visitação. Além disso, fazemos palestras de educação ambiental e cultural neste local, para alunos de escolas municipais e turistas que nos visitam.

Hoje Coroa Vermelha é uma das aldeias Pataxó que mais cresce entre todas as demais. Tem aproximadamente novecentas e cinquenta famílias, com cerca de cinco mil pessoas. Com o aumento de sua população, a comunidade sentiu necessidade de afirmar a sua identidade, desenvolvendo projetos culturais e outros eventos. O trabalho de reafirmação cultural e preservação ambiental da Reserva da Jaqueira, o trabalho com a preservação da



língua na escola, é uma prova disso, assim como as apresentações de danças, os jogos regionais no Dia do Índio e a participação nos jogos indígenas nacional.

A maioria das famílias trabalha na confecção e venda de artesanato e outras na agricultura e pesca para o seu sustento. As crianças, a partir dos cinco anos de idade, estão sempre junto a seus pais fazendo e vendendo artesanato. A venda deste artesanato geralmente é feita na praça do Cruzeiro e nas praias de Coroa Vermelha, se estendendo até Porto Seguro. Muitas vezes os turistas preferem comprar na mão da criança, por este motivo é que os pais preferem que elas vendam.

Os nossos **tupisay** (vestimentas tradicionais) só usamos nos rituais e comemorações. Algumas crianças usam estas vestimentas para trabalhar na venda de artesanato. A nossa alimentação normalmente é feijão, arroz, carne, verduras e frutas. Usamos a nossa alimentação tradicional sempre nas festas culturais e nos rituais. Ainda fazemos farinha de puba, beiju, kawi e peixe assado na patioba.

Há muito tempo muitas pessoas da nossa comunidade de Coroa Vermelha, vêm sofrendo muitas dificuldades por não terem uma moradia adequada para a sua família. Muitas delas vivem em barracos feito de tábuas e cobertos de plástico ou de palha de coqueiro. Não existe banheiro e as crianças fazem suas necessidades na beira do rio onde muitas mulheres lavam suas roupas.

As famílias que eram compostas de dez a quinze filhos, devido às condições financeiras, foram obrigadas a diminuir este número, que não passa de três a seis, porque não têm como sustentá-los pois vivem apenas da venda do artesanato que mal dá para sobreviver. A FUNAI não dá a assistência necessária. As famílias que vivem da agricultura não têm condição de comprar sementes, ferramentas e adubos para fazer suas plantações. A terra não é fértil e precisa ser adubada para produzir. Mas apesar de todas as dificuldades nossas famílias são unidas.



A aldeia Coroa Vermelha, apesar de urbanizada e de nossas casas serem distantes uma das outras, quando tem reunião com o cacique e lideranças, somos avisados e toda comunidade participa, pois todas as reuniões são de nosso interesse. Tudo que se passa é comunicado. Todos têm o direito de serem informados, mesmo não comparecendo. As lideranças sempre buscam projetos com a finalidade de trazer benefícios à comunidade.

Texto extraído da monografia de Ademário Braz Ferreira apresentada no Curso de Formação para o Magistério Indígena da Bahia - Agosto de 2003.

## Mata Medonha

Este nome Mata Medonha se originou porque quando as primeiras famílias chegaram, a mata era realmente medonha, fazia até medo entrar nela, para uma pessoa sozinha era muito perigoso. A aldeia fica localizada à margem esquerda do baixo curso do rio Santo Antônio a cerca de doze quilômetros da embocadura do rio, na região norte do município de Santa Cruz Cabrália, no litoral sul da Bahia, um pouco mais de uma légua da sede do município. Para chegar até lá é preciso atravessar o rio João de Tiba e seguir aproximadamente trinta quilômetros de estrada não pavimentada. Hoje, Mata Medonha é uma aldeia com quarenta famílias Pataxó, tendo aproximadamente duzentas pessoas.

Os primeiros moradores da aldeia Mata Medonha foram os da família Brito. Eram cinco e hoje só restam três, as famílias de João, Álvaro e Antônio Brito. Eles chegaram nessa terra no ano de 1960, originários do Parque Nacional do Monte Pascoal. Saíram de lá para morar em Juacema por causa de uma febre chamada impaludismo, doença que atingiu muita gente e também por que onde viviam não podiam fazer suas roças. Naquela época o Parque estava sendo comandado pelo governo. O meio de sobrevivência nesta região, completamente isolada, não era um dos melhores, mas sempre deu para eles viverem tranqüilamente da agricultura, pesca e fabricação de artesanato. Depois de algum tempo eles resolveram mudar-se para uma nova terra, que é hoje a aldeia.

O que levaram eles a procurar esta nova terra foi a revolta dos brancos com os índios, em Barra Velha no ano de 1951. Os não-índios obrigaram os pataxó a fazerem coisas que não deveriam ser feitas. Muitos deles foram massacrados e foi nesta ocasião que eles saíram de Juacema. Alguns deles já conheciam a terra e informaram para os demais. Eles partiram diretamente para Mata Medonha. Quando chegaram, só encontraram mata fechada com pequenas trilhas. Eles acamparam e começaram a derrubar um pouco da mata para fazer suas casas e aqui ficaram morando. O meio de sobrevivência era a agricultura, a pesca e a caça, que era muito fácil naquela época. Em 1980 outras famílias vieram morar aqui também. Nesta época viviam na aldeia cerca de cem pessoas.

Logo que chegaram plantaram mandioca. Eles enfrentaram muitas dificuldades, pois tinham que trazer as mandibas para plantar (pedaços da planta) de outro lugar, porque por ali não as encontrava. O pior disso tudo é que tinham que trazê-las nas costas, e de muito longe, porque não havia estrada. As trilhas pelas quais passavam eram tão estreitas que não dava nem para passar animal com carga. Além da mandioca, eles plantavam abóbora, batata e banana. Enquanto a mandioca amadurecia, eles usavam como farinha a batata, a banana verde e a abóbora. Quando a mandioca amadurecia era outro sacrifício para fazer a farinha. Eles arrancavam, ralavam no ralo ou na roda e torravam. Depois da farinha pronta, se quisessem vender um pouco para comprar outras coisas, tinham que carregar nas costas até o povoado mais perto, que fica a oito quilômetros da aldeia. Se ninguém quisesse, eles levavam para um outro lugar mais longe ainda, vendiam por um preço bastante baixo e compravam o que precisavam por um preço absurdo.



Depois de uns dez anos que eles estavam na aldeia, com aproximadamente quarenta famílias, chegaram pessoas dizendo serem os donos dessa terra. Essas pessoas eram conhecidas por Zé Grande, Otaviano, Arnaldo Guerrieri e outros. Ameaçavam os índios, dizendo que iam colocar polícia para tirá-los da terra, porque os donos eram eles. Os índios por sua vez resistiram. Esses índios, todos da família Brito, já viviam nessa terra há uns quinze anos. Não tinham o apoio de nenhum órgão de governo, não tinham contato nenhum, nem mesmo com seus próprios parentes. Lá não havia estrada, nem escola, nem posto médico a não ser as matas, suas roças e eles mesmos.

Felizmente em 1985 essa terra foi reconhecida como aldeia indígena pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Mas, mesmo depois desse reconhecimento oficial, de vez em quando ainda apareciam pessoas dizendo serem os donos da terra. Mas nossos parentes nunca deram o braço a torcer. Estavam sempre resistentes.

Hoje temos uma estrada que dá um acesso mais fácil à aldeia, feita pela FUNAI e fazendeiros em 1988. Mesmo com essa estrada enfrentamos muitas dificuldades com o transporte para o escoamento da produção agrícola da comunidade. Tivemos vários problemas e prejuízos na comercialização da nossa produção, notadamente, do abacaxi e da farinha, principais itens do cultivo comercial. Tal restrição levou o grupo a reivindicar junto a FUNAI, um barco, o que conseguimos e nos ajudou bastante na exploração da pesca e coleta nos manguezais e estuários próximos.

Texto extraído da monografia de Sinival Ferreira da Conceição, apresentada no Curso de Formação para o Magistério Indígena da Bahia - Agosto de 2003

# Aldeia Velha

Nossa aldeia tem 1.798 hectares de terra e fica localizada no distrito de Arraial D'ajuda, limitando-se ao norte com a margem direita do rio Buranhém, ao sul com a rodovia Arraial D'ajuda – Vale Verde, Km 1,5, município de Porto Seguro. Na parte baixa da Aldeia fica o mangue, além do rio Buranhém e lagos sujeitos a inundações pela chuva e maré. Na parte alta, fica toda a mata preservada, a qual chamamos de reserva indígena Pataxó.

Antes da nossa retomada este era um lugar onde os índios gostavam de morar, por ser uma área litorânea e fácil de encontrar alimentos como mariscos no mangue e na praia. Com a chegada dos brancos, os índios que aqui moravam foram expulsos e outros foram mortos com as doenças que foram transmitidas pelos brancos.

Segundo os mais velhos, esta terra sempre foi uma área indígena. Com a chegada dos colonos, os jesuítas vieram, catequizaram os índios e em homenagem a Santo Amaro deram seu nome ao lugar. Depois dos massacres que aconteceram com nossos antepassados, esta área foi abandonada e ficou no poder de fazendeiros. Depois foi registrada na comarca de Porto Seguro como fazenda Santo Amaro, nome dado pelos jesuítas para o aldeamento dos nossos antepassados.

Em 1998, a fazenda Santo Amaro mudou o nome para Aldeia Velha. O Cacique e demais membros da nossa comunidade deram este nome porque é uma das áreas indígenas pataxó mais antiga. Encontramos aqui vários vestígios dos nossos antepassados.



Na antiga Fazenda Santo Amaro, há mais de oitenta anos, existiam pequenas atividades agrícolas como a criação de gado intensiva e a industrialização de farinha de mandioca. No momento da nossa retomada, em 1998, o Senhor Boaventura, fez a seguinte declaração:

*"Declaro que Maria Ângela da Conceição, minha mãe, foi nascida nesta aldeia em 1901 e em 1914 foi expulsa, junto com seu povo, pelos poderosos fazendeiros que não respeitaram serem eles os moradores tradicionais"* e prosseguiu contando a história da antiga aldeia: *"Uma vez eu vim para Porto Seguro, montado em um boi e encontramos com uma senhora bem velha que morava aqui. Só não lembro do nome dela. Os meus pais pediram pra que a gente passassem em silêncio, por que dentro da mata havia muitos índios que não gostava de barulho de pessoas estranhas. Os meus parentes eram daqui por parte de mãe, mas eu não fui nascido aqui. Porque na época que nasci, os fazendeiros já tinham expulsado minha mãe da aldeia. Na época, ela estava com 13 anos de idade, no ano de 1914. Na época que passei por aqui eu tinha no mínimo seis anos de idade. Hoje tenho oitenta anos."*

Em 1940, nas terras da aldeia, morou um senhor não índio por nome Antônio Monteiro. Seu trabalho na fazenda era plantar milho e feijão para comercializar no Arraial D' Ajuda e Porto Seguro. Ele falava pra seus funcionários que aqui era terra indígena porque já havia percorrido a área e tinha encontrado lugares que foram moradas dos índios e alguns fornos, além de sambaquis (local formado por camadas de conchas, ostras e esqueletos acumulados por tribos que moravam no litoral). Ele morou aqui durante dez anos. Depois que saiu a área ficou abandonada por algum tempo. Onde eram roças, só ficou o capoeirão. Aí vieram algumas famílias indígenas e começaram a produzir alimentos de subsistência. Depois de algum tempo, veio um não-índio chamado Eduardo e passou a tomar posse da Fazenda Santo Amaro, dizendo que toda área estava vendida à "Cosvar Agropecuária". As famílias indígenas que aqui estavam, começaram a viver um tormento. Este senhor mandou seus jagunços até o local onde as famílias moravam para ameaçá-los

de morte, e suas plantações eram pisadas pelos animais. Mesmo assim eles resistiram. Depois de sofrerem muito, pois eram proibidos de fazer qualquer tipo de plantação e com isso não tinham como sobreviver, saíram da área e passaram a viver em povoados próximos.

Em 1992 o índio Silvino Lopes do Espírito Santo, Ipê, que hoje é o cacique da Aldeia Velha e morava na aldeia Pataxó Coroa Vermelha, reuniu quarenta e seis famílias Pataxó que estavam desaldeados, fez várias reuniões falando que a fazenda Santo Amaro era área indígena e que precisávamos tomar posse dela. Em maio de 1993 as quarenta e seis famílias se reuniram no Arraial D'Ajuda, ocuparam um hectare da nossa área. Só que não permanecemos por muito tempo. A área retomada foi na mata reservada pelo IBAMA. Eduardo mandou que a Polícia Militar retirassem todos da área e tocasse fogo nas pequenas cabanas de palha e eles fizeram isso. Com isso nos retiramos da área e não queríamos mais voltar, pois não tínhamos o apoio de nenhum órgão que pudesse nos ajudar. Mas Ipê não desistiu:

*"O sentimento que tenho foi pelas ameaças dos policiais que disseram que ia me levar para a cadeia. As famílias que ali estavam depois não tiveram mais a coragem de voltar para o seu território, com medo de acontecer tudo outra vez. Mas eu fiz várias reuniões com propostas boas e as famílias resolveram fazer novas tentativas, em 1998 e hoje estamos aqui, graças a Tupã."*

*Cacique Ipê, 2000*

O cacique Ipê procurou a FUNAI, que passou a nos apoiar, Com isso, resolvemos fazer outra tentativa de retomada das nossas terras. Em 1998, com a liderança de Ipê, as quarenta e seis famílias que vieram na primeira retomada e índios de outras aldeias bem próximas, ocuparam a parte baixa da aldeia que fica logo próximo ao mangue a 1,5 Km da margem do rio Buranhém. Desta vez nós estávamos



protegidos pela polícia Federal e a área já era reconhecida oficialmente como propriedade indígena. Às quatro horas da madrugada de novembro do ano de 1999, ocupamos o resto da área que estava invadida pelo fazendeiro e permanecemos nela até hoje. Moram aqui cerca de cento e trinta e oito famílias com aproximadamente quinhentos e cinquenta e quatro pessoas.

Texto extraído da monografia de Maria Aparecida Alves da Conceição, apresentada no Curso de Formação para o Magistério Indígena da Bahia – Agosto de 2003

## Território Tradicional Indígena Pataxó Comexatiba

A nossa luta começa alguns anos após o "Fogo de 51", quando saímos expulsos de nossa Terra Sagrada pelos cravinoteiros dos fazendeiros em 1958, atravessamos para o outro lado da Barra do Rio Cahy e ficamos com os parentes por quatro anos. Em 1962 viemos para o povoado indígena de *Comexatiba*, que hoje é *Cumuruxatiba* e ficamos mais uma temporada. No dia 04 de abril de 2000, retornamos para a Barra do Rio Cahy. Novamente fomos expulsos, pelos pistoleiros.



No Território Indígena Pataxó Comexatiba estão localizadas as aldeias **Tibá**, **Pequi**, **Cahy** e **Alegria Nova**, todas no Município de Prado na Bahia.

Nosso território está em estudo pelo Grupo de Trabalho (GT), instituído pela FUNAI para demarcação definitiva, apesar de já estar demarcada imemorialmente pelo nosso povo. Hoje temos que conviver como área de sobreposição dos limites com o "Parque Nacional do Descobrimento", o qual nós chamamos de Reserva Indígena Pataxó. Para garantir nosso direito, fomos obrigados, em 2003, a retomar parte de nossa área, onde hoje estão localizadas nossas aldeias. Desde então, isto tem colaborado para que indígenas reafirmem sua identidade como Pataxó e passem a se organizar enquanto comunidade, como é caso da aldeia **Tawá**, uma nova árvore que nasce em nosso território.

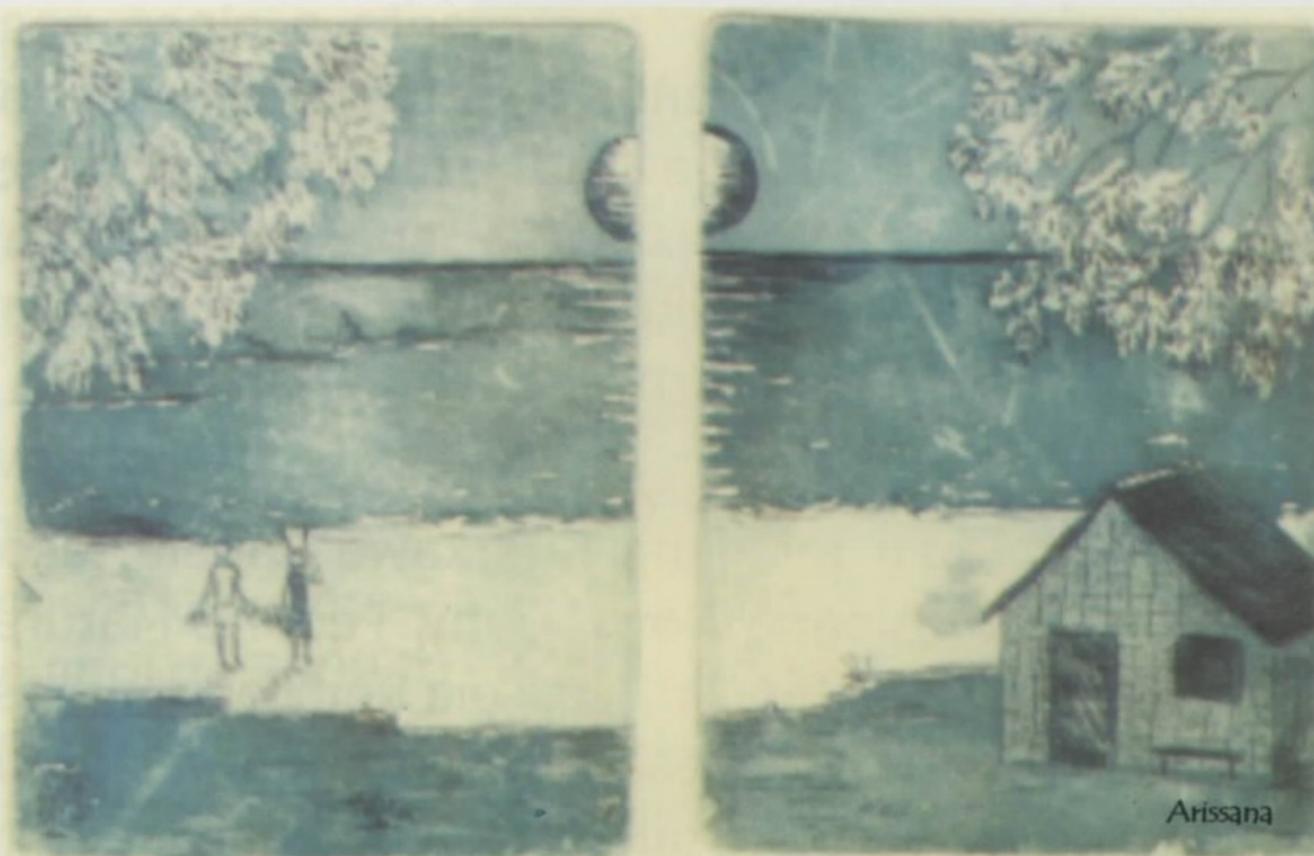
Hoje, somos cerca de duzentas e sessenta famílias, num total de aproximadamente um mil quatrocentas e sessenta e cinco pessoas, vivendo basicamente da pesca, agricultura e da venda de artesanatos. Tendo como objetivo proteger e preservar a mata, nossa Mãe Natureza e, principalmente garantir a subsistência da comunidade. Somos resistentes, apesar do contato com o não-índio, preservamos a nossa identidade cultural, vivemos e queremos sempre viver em harmonia e com respeito à Mãe Natureza. Esse é o nosso jeito de ser Pataxó, respeitando às diferenças.

A criação da Escola Estadual Indígena Kijẽtxawê Zabelê, escola sediada na aldeia Tibá, com extensões em Alegria Nova, Cahy, Pequi e Maturêbá, foi criada com muita luta, resistência e persistência. A escola unificou mais as comunidades, revitalizando a sua cultura, num processo de autonomia por uma educação diferenciada, intercultural, específica, comunitária e de qualidade, que é um direito dos povos indígenas.



A escola não é apenas um espaço físico para os povos indígenas, mas um espaço coletivo de ensino e aprendizagem, onde toda a comunidade e o meio em que vive e, principalmente a identidade cultural de cada povo, participa deste processo da nossa educação. Com essa educação, o nosso povo almeja plantar árvores, para dar novos frutos, que possam cultivar a linhagem dos nossos ancestrais. Sendo assim, quando nasce um pataxó, é uma nova árvore que surge, com uma missão de ser diferente e respeitar o ser diferente, neste mundo, onde as pessoas pensam e agem de modo individual. É lutar por um outro mundo possível, mais digno e justo para todas as pessoas, onde o princípio parte de ver outro como parte de si, do amor e da paz. Mas será que isso é possível? Não vou dizer que sim, mas fazemos parte desta luta, com as pessoas que têm esperança de que um outro mundo é possível.

Texto de Osmar Pataxó - Liderança e Educador Indígena.



Gravura em metal

# Capítulo V

## Nossas Conquistas

Atualmente existem dezoito aldeias Pataxó distribuídas na região do extremo sul da Bahia e quatro em Minas Gerais, com cerca de treze mil pessoas. Em cada comunidade existe um cacique e lideranças que são os organizadores da estrutura social e política e também mediadores entre o nosso povo, o governo e a sociedade envolvente. Dentre as diversas formas de organização se destacam o **Conselho de Cacique** e a **Frente de Resistência e Luta Pataxó** além de associações e cooperativas comunitárias.

O Conselho de Cacique é uma forma de mobilização entre as comunidades tendo como representante os caciques das aldeias. Desde a sua criação, em 1995, várias reuniões vêm sendo organizadas nas aldeias decidindo sobre as retomadas, segurança, saúde e educação. De 1995 até agora foram eleitos para a presidência do Conselho quatro caciques: Nengo e Karajá de Coroa Vermelha, Nailton Pataxó Hãhãhãe de Caramuru-Paraguaçu e Zezito de Boca da Mata. Atualmente Karajá é o presidente do Conselho.

A Frente de Resistência é uma mobilização entre as comunidades do entorno do Monte Pascoal, tendo como principal bandeira a defesa dos direitos pela terra. As associações e cooperativas são organizações locais que atuam desenvolvendo variadas atividades referentes à cultura, agricultura, meio ambiente, ecoturismo, educação, saúde e moradia. São levada em conta a plena participação dos homens, mulheres, jovens, adultos e velhos nessas formas de organização.



Apesar das grandes mudanças que ocorreram nas formas de organização social, nos costumes e tradições do nosso povo, soubemos buscar maneiras para a sobrevivência física, étnica e cultural.

Hoje já não temos mais a mesma fartura que tínhamos antes. A maioria das comunidades Pataxó sobrevive da venda do artesanato, agricultura e a pesca. Mas o crescimento da população vem fazendo com que muitos jovens busquem várias alternativas para sua auto-sustentação.

A mobilização da luta Pataxó permitiu não apenas o reconhecimento étnico, mas também avanços na luta pela demarcação dos territórios indígenas, implementação da educação escolar indígena, estrutura com posto de saúde, saneamento, água e energia.

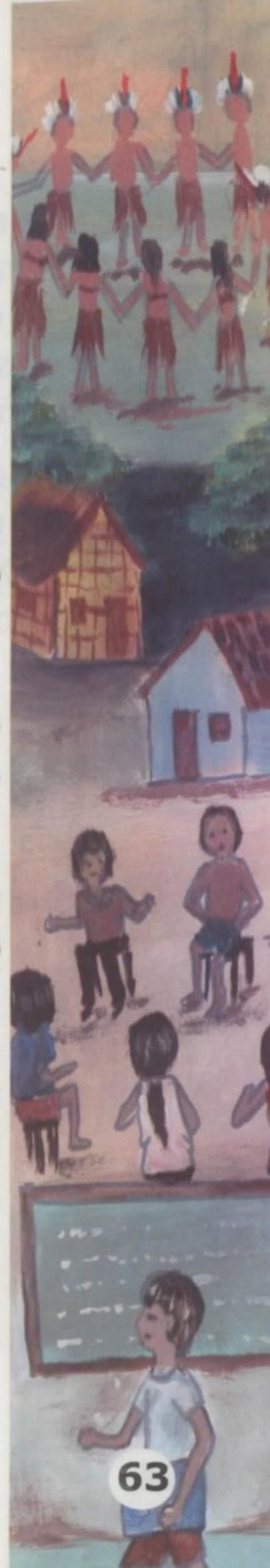
A educação escolar indígena vem crescendo cada vez mais e ganhando espaço nas discussões políticas das comunidades pataxó, contribuindo assim para uma educação que atenda aos interesses específicos de nosso povo. A cada ano forma-se mais turmas de alunos dos cursos de ensino fundamental. Atualmente existem dezenove escolas Pataxó no Estado da Bahia, onde lecionam cento e vinte e oito professores indígenas e há cerca de dois mil, novecentos e vinte alunos pataxó. Sendo que dois mil quatrocentos e noventa e cinco estão no ensino fundamental e quatrocentos e vinte e cinco no ensino médio. A maioria dos nossos professores são pataxós que fizeram e fazem o Curso de Formação do Magistério Indígena.

Desde 1996 que representantes dos professores e lideranças dos povos indígenas da Bahia vinham realizando encontros em Salvador, no Instituto Anísio Teixeira, reivindicando a necessidade de um projeto de formação para os professores indígenas. Começava, então, o movimento para a construção coletiva deste objetivo.

O projeto, realizado pela Faculdade de Educação-UFBa e Secretaria Estadual de Educação, contou com o apoio da ANAI, MEC e FUNAI, no período de 1997 a 2003, quando foi concluído o primeiro Curso de Formação para o Magistério Indígena. A primeira etapa, realizada na aldeia Barra Velha, foi muito importante para todos os professores pois tiveram a oportunidade de conhecer os parentes das outras aldeias e a realidade de cada povo. A segunda etapa, realizada na aldeia Tuxá de Rodelas, proporcionou também aos professores do sul e extremo sul da Bahia conhecerem uma outra realidade regional. As outras etapas que se seguiram foram realizadas nas cidades próximas às aldeias até final do ano de 2002. Finalmente a conclusão e formatura foi realizada em agosto de 2003, em Salvador.

A luta por uma educação específica e diferenciada se fortaleceu a partir do Curso Formação em Magistério com a criação do Fórum de Educação Indígena, possibilitando o diálogo entre lideranças indígenas e instâncias não-governamentais para implementação de políticas públicas no estado da Bahia. Atualmente está sendo realizado o segundo curso com novas turmas e os professores indígenas estão reivindicando a concretização do concurso específico para professores e coordenadores indígenas, além do curso de terceiro grau.

O nível de escolarização tem colaborado para o ingresso de jovens indígenas nas universidades, na ocupação de cargos públicos, no gerenciamento das escolas indígenas, facilitando o trabalho das lideranças na elaboração de projetos, na representatividade em seminários e fóruns onde se discutem políticas públicas para os povos indígenas. Professores Pataxó que cursaram o Magistério Indígena e estudantes que concluíram o ensino médio ingressaram recentemente em cursos universitários de Letras, Pedagogia, Ciências Sociais, Artes Plásticas, Enfermagem, Direito, Nutrição, Educação Física e Biologia.



Apesar das conquistas, o povo Pataxó enfrenta graves problemas como a falta de demarcação dos seus territórios, a falta de efetivação de políticas públicas na área de saúde, educação, meio ambiente, produção de alimentos e outros bens e serviços. Em vista disto temos reagido buscando medidas capazes de resolver essa situação juntamente nas esferas governamentais e não-governamentais.

Apesar das muitas tentativas de dizimação desde a colonização até o século XX, somos um povo forte e guerreiro por ter resistido e estarmos vivos até hoje em pleno século XXI para continuar contando nossas histórias e com muita garra continuar a nossa luta e os nossos desafios pela frente.

Texto de Anari Braz Bomfim



Foto: Clélia Cortes

Curso de Formação de Professores Indígena Barra Velha/1998

## Manifesto de Porto Seguro, Coroa Vermelha e Monte Pascoal

*Nós lideranças indígenas de todo país, nos reunimos em Porto Seguro, região da Bahia onde iniciaram os anos de sofrimento e extermínio dos nossos povos. Durante os dias 22 e 24 de setembro de 1999, estivemos refletindo e olhando com dor e esperança este meio milênio de invasão, violência e genocídio, onde tombaram milhões de nossos pais, avós e lideranças que nos custaram muito. Centenas de povos foram varridos desta terra.*

*Vimos aqui para lembrar nossos mortos, invocar nossos deuses e dar nosso apoio ao povo Pataxó, que nos recebeu com muita alegria, e em especial com eles abraçar o Território Indígena do Monte Pascoal, que sempre foi e sempre será território dos Pataxó e de todos os índios do Brasil. Assim como foi o marco primeiro da invasão das nossas terras, será daqui pra frente o símbolo da retomada, demarcação e garantia de todas as terras indígenas em nosso país. Aqui começamos a celebração de uma nova história: a construção de um Brasil melhor, o sonho de milhões de nossos povos vivos ou mortos.*

*Nestes dias analisamos a situação das nossas terras. Constatamos que enquanto o governo se prepara para fazer festas, a maior parte dos nossos povos continua com as terras invadidas ou negadas. Chegaram a prever e planejar o fim da nossa gente e tomar definitivamente todas as nossas terras antes do ano 2000. Parece que, na prática e através de leis e outras iniciativas, muitos políticos e governantes continuam trabalhando para este fim. Mas nós já dissemos chega de genocídio, de invasão e roubo das nossas terras! Chega de falsidades e promessas! Assumimos a decisão de chegar até abril de 2000 com todas as nossas terras demarcadas, livres de invasões onde, finalmente, poderemos viver em paz e com alegria, conforme nossa cultura, organização e projetos de vida. Esperamos contar com o apoio da sociedade brasileira, em especial de todos aqueles que sofreram nesses 500 anos, como os negros, caboclos, ribeirinhos e todos os pobres e excluídos, com os quais queremos construir este Brasil melhor para todos.*

*Aos governantes queremos lembrar os vários prazos que estabeleceram em lei para demarcar e garantir todas as nossas terras e não cumpriram. Perguntamos: é isso que querem comemorar?*



*Há muito tempo lutamos pela aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas. Agora exigimos que isso aconteça o mais rápido possível, até o final deste ano.*

*Queremos que todos os países que participaram destes cinco séculos de genocídio dos nossos povos reparem estes crimes, retratando-se publicamente e apoiando nossas reivindicações e direitos.*

*Vimos a Porto Seguro plantar um marco que seja seguro para o nosso futuro. Vimos a Coroa Vermelha celebrar com todos os nossos antepassados e deuses, a esperança e certeza de que continuaremos vivendo com dignidade e liberdade conforme nossos sonhos. Vimos ao Monte Pascoal levar nossa força aos Pataxó e com eles olhar para o mar confiantes que é aqui que vamos enxergar não apenas o oceano, mas as terras demarcadas e livres de invasões.*

*Bahia, Litoral do Início da Invasão e da Reconquista, 2 de setembro de 1999*

# Referências

- ANAI. Associação Nacional de Ação Indigenista. *Coletânea de Textos Pataxó*. Vol 2, Salvador, 2001.
- CARVALHO, Maria Rosário G. de. *Os Pataxó de Barra Velha – Seu Subsistema Econômico*. (Dissertação de Mestrado) UFBa, Salvador, 1977.
- BOMFIM, Anari Braz. *O Dia-a-dia dos Professores no Curso de Formação de Professores indígenas na Bahia*. (Monografia de Conclusão do Curso de Formação para Professores Indígenas da Bahia). Barra Velha. Porto Seguro, 2003.
- BRASILEIRO, Sheila. *Algumas considerações sobre o processo de regularização da Terra Indígena Barra Velha-Porto Seguro-BA*. Salvador-BA, 1998.
- BRAZ, Uelson Santana. *Geografia da Aldeia*. (Monografia de Conclusão do Curso de Formação para Professores Indígenas da Bahia) Barra Velha, Porto Seguro, 2003.
- CESAR, América Lúcia. *Lições de abril: a construção da autoria entre os Pataxó de Coroa Vermelha* (Tese de Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- CONCEIÇÃO, Maria Aparecida Alves da, Paru. *História da Aldeia Velha*. (Monografia de Conclusão do Curso de Formação para Professores Indígenas da Bahia). Aldeia Velha, Porto Seguro, 2003.
- CONCEIÇÃO, Sinival Ferreira da. *A História da Minha Aldeia Mata Medonha*. (Monografia de Conclusão do Curso de Formação para Professores Indígenas da Bahia). Aldeia Mata Medonha, Sta Cruz Cabralia, 2003.
- FERREIRA, Ademário Braz, Ajuru Pataxó. *Os Jogos Indígena da Aldeia Coroa Vermelha* (Monografia de Conclusão do Curso de Formação para Professores Indígenas da Bahia). Coroa Vermelha, Sta.Cruz Cabralia-BA, 2003.
- OLIVEIRA, Cornélio Vieira de. *Barra Velha: A Verdadeira História dos Índios Pataxó. Cenário do Descobrimento-500 Anos Depois*. Juiz de Fora, 2001.
- PEREIRA, Dinair Pires, Shauã. *Reflorestamento*. (Monografia de Conclusão do Curso de Formação para Professores Indígenas da Bahia). Boca da Mata, 2002.

PONÇADA, Jovino de Jesus, Kagerãn Pataxó. *Queimada na Aldeia*. (Monografia de Conclusão do Curso de Formação para Professores Indígenas da Bahia). Boca da Mata. Porto Seguro, 2003.

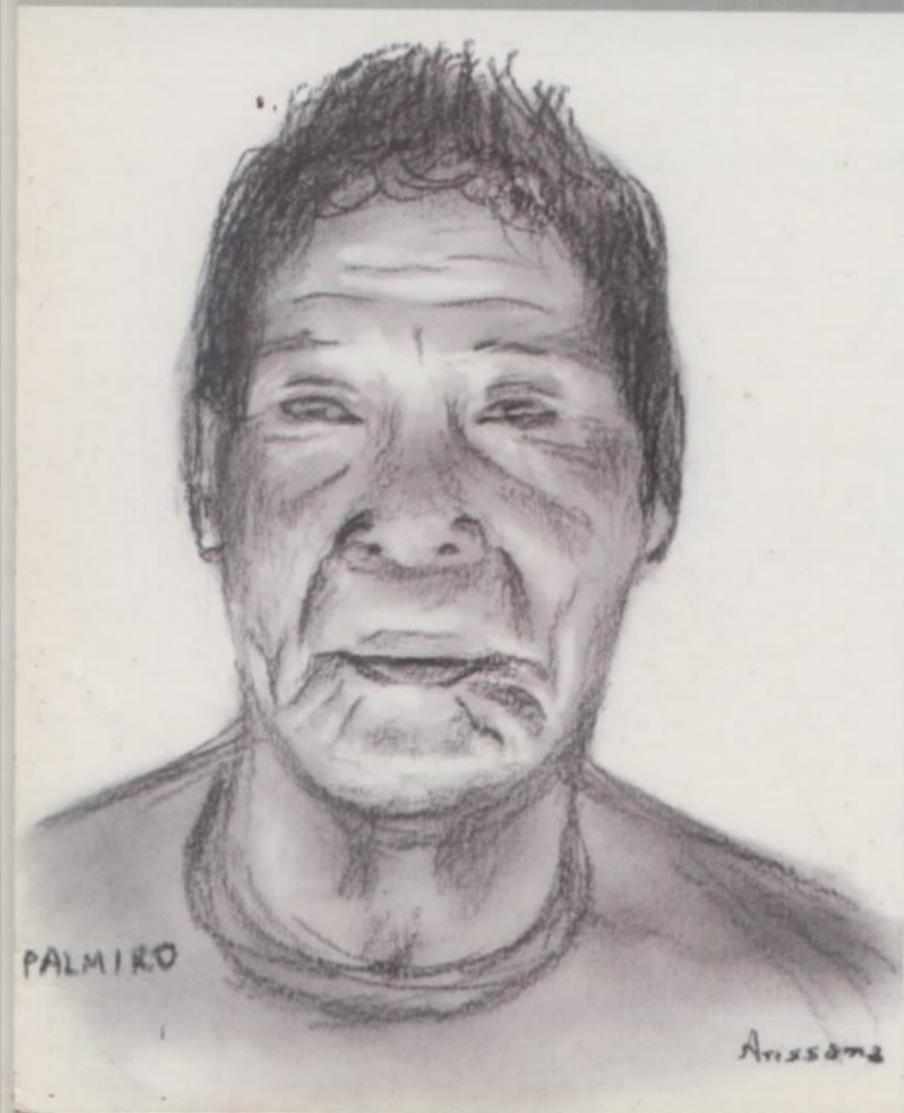
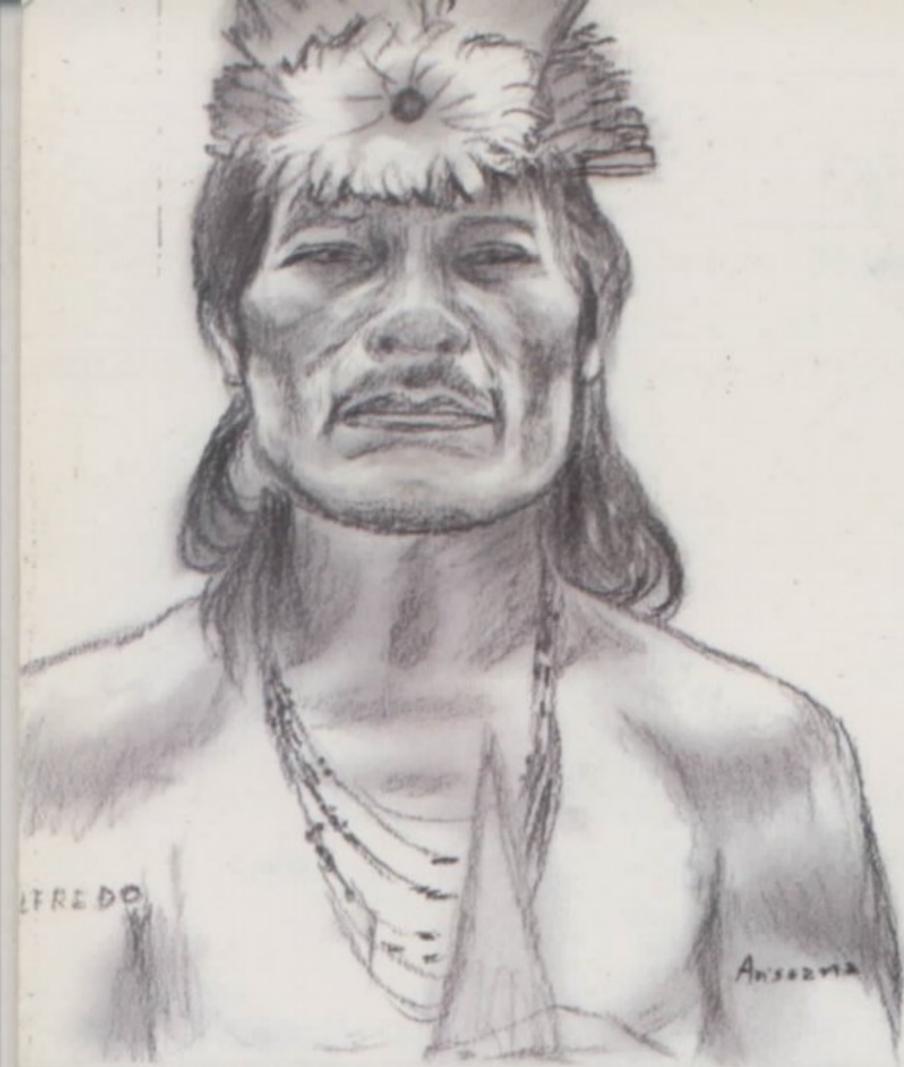
SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras. *Breve História da Presença Indígena no Extremo Sul Baiano e a Questão do Território Pataxó do Monte Pascoal*. XXII Reunião ABA. Brasília, 2000.

SANTOS, Genival Conceição dos. *Lixo na Aldeia Barra Velha: Este Problema tem Solução*. (Monografia de Conclusão do Curso de Formação para Professores Indígenas da Bahia). Barra Velha, Porto Seguro, 2003.

VIEIRA, Geane Bomfim. *O Mangue na Aldeia Barra Velha*. (Monografia de Conclusão do Curso de Formação para Professores Indígenas da Bahia). Porto Seguro, 2002.

WIED-NEUWIED, Maximiliano, Príncipe de. *Viagem ao Brasil*. BH: Itatiaia; SP: EDUSP, 1989 [1782 - 1867].





**ANAI**

Associação Nacional de Ação Indigenista

**CESE**

Coordenadoria Ecumênica de Serviço  
[www.cese.org.br](http://www.cese.org.br)



Ministério  
da Educação

